

LUCIANA MAGANO NOGUEIRA

CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS NA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO, SP, BR.

**Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Curso de Arquitetura e Urbanismo**

**Porto
2009**

CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS NA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO, SP, BRASIL

LUCIANA MAGANO NOGUEIRA

CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS NA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO, SP, BR.

**Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Curso de Arquitetura e Urbanismo**

**Porto
2009**

CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS NA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO, SP, BRASIL

LUCIANA MAGANO NOGUEIRA

CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS NA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO, SP, BR.

.....

**Trabalho apresentado à Universidade Fernando
Pessoa, como parte dos requisitos necessários
para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura
e Urbanismo.**

**Orientador:
Arquiteto João Ferreira**

Sumário

Este estudo, baseado em pesquisa empírica e bibliográfica, discute aspectos da dinâmica espacial no município de Ribeirão Preto, relacionando a proliferação dos condomínios fechados horizontais com o processo de expansão urbana.

Essa nova forma de morar, paraísos de classe média e alta, modifica o espaço urbano e expressa-se em elementos arquitetônicos como os muros, os sistemas de segurança e as portarias.

A importância deste estudo é mostrar a capacidade que esses novos empreendimentos residenciais têm de alterar os padrões das relações sociais, sob uma óptica segregada, além de contribuir para a negação do espaço público.

Os parques temáticos como a *Disney* e os Centros Comerciais serão analisados pela perspectiva de autores como Michael Sorkin, Margaret Crawford, Mike Davis, M. Christine Boyer e Trevor Boddy, e relacionados com os condomínios fechados, considerados também empreendimentos de explícita segregação sócio espacial.

Este estudo de caso desenvolve uma interpretação crítica das transformações que esse novo tipo de moradia imprimiu à produção e reprodução do espaço urbano, verificando os impactos sociais e urbanísticos promovidos por este fenômeno no município de Ribeirão Preto.

Palavras-chave: condomínio horizontal fechado, parque temático, expansão urbana, impactos sociais, impactos urbanísticos, segregação social, suburbanização.

Abstract

This study, based on empirical and bibliographic research, discusses aspects of spatial dynamics in Ribeirão Preto, relating the proliferation of gated horizontal communities with the process of urban sprawl.

This new way of living, paradise for middle and upper class, modify the urban space is expressed by architectural elements such as, walls, security systems and main entrances.

The importance of this study is to show the ability of these new residential enterprises to change the patterns of social relations, in a segregated approach that also contribute to the denial of public space.

The thematic parks, like Disney, and shopping centers will be analyzed from the perspective of authors such as Michael Sorkin, Margaret Crawford, Mike Davis, M. Christine Boyer and Trevor Boddy, and related to gated horizontal communities, considered enterprises of explicit social segregation-space too.

This case study develops a critical interpretation of the changes that this new housing type imposed on the production and reproduction of urban space, examining the social and urban impacts promoted by this phenomenon in Ribeirão Preto.

Key-words: gated horizontal communities, thematic park, urban sprawl, social impacts, urban impacts, social segregation, suburbanization.

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais sempre presentes, que me deram todo amor, apoio e motivação necessários para o caminho que optei por seguir em minha vida.

Agradecimentos

Ao arquiteto mestre João Ferreira pela compreensão e pelas sugestões que enriqueceram a pesquisa.

Ao meu coordenador Luís Pinto Faria pela compreensão.

Aos meus pais e meus irmãos, Juliana e Sylvinho, pela paciência, apoio e motivação.

Ao Sérgio que sempre me deu força nos momentos de angústia e ansiedade. Agradeço pelos momentos passados juntos.

Manifesto os meus agradecimentos a todas as pessoas que direta ou indiretamente fizeram parte desta trajetória.

Índice

I. INTRODUÇÃO 11

1. Objetivo geral e objetivos específicos	11
2. Justificação da pesquisa.....	11
3. Metodologia.....	12
4. Estrutura da Dissertação	13

II. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA 14

1. A DES-LUGARIZAÇÃO.....	14
i. Pós-modernidade: lugares e não-lugares	14
ii. A difusão dos lugares.....	17
iii. Descentralidade de Los Angeles	20
2. A DISNEYFICAÇÃO GLOBAL.....	22
i. Tematização do espaço urbano	22
ii. Urbanização Disney e Shopping Center	25
3. A PRIVATIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO	32
i. O enfraquecimento do espaço público.....	32
ii. A violência e a nova forma de moradia	34
iii. A tendência Pós-Contemporânea	38
iv. A implosão da vida pública.....	41
4. ESTRATÉGIAS E CRÍTICAS PARA UM BOM PLANEJAMENTO.....	43
i. A des-utilização dos espaços públicos.....	43
ii. Estratégias urbanas.....	47
iii. O <i>New urbanism</i>	53

III. ESTUDO DE CASO RIBEIRÃO PRETO 55

1. INTRODUÇÃO.....	55
i. Histórico e Evolução Urbana de Ribeirão Preto.....	55
ii. Diferenças de classe e as estratégias de separação.	66
iii. Legislação	70
iv. Especulação imobiliária	73
v. Expansão dos condomínios horizontais fechados.....	76
2. ANÁLISE URBANA	81
i. A desconfiguração urbana.....	81

ii. O templo de consumo pós-moderno	89
iii. O Simulacro da natureza	96
iv. Contradição dos espaços públicos	105
CONCLUSÃO	114
BIBLIOGRAFIA	116

Índice de figuras

Figura 1 – Estudo preliminar para “A Gasolina”. 1940. Pastel e carvão sobre papel	16
Figura 2 – Localização de Ribeirão Preto	55
Figura 3 – Núcleo urbano principal Rib. Preto e núcleo colonial Antônio Prado.....	57
Figura 4 – Santa Casa de Misericórdia, 1896.....	58
Figura 5 – Eixos de comércio em Ribeirão Preto em 1910.....	58
Figura 6 – Teatro Pedro II	59
Figura 7 – Família Girotto em frente à casa construída em 1900.....	60
Figura 8 – Ribeirão Preto em 1935.....	60
Figura 9 – Área urbana de Ribeirão Preto em 1949	61
Figura 10 – Mapa Viário Geral da Cidade e Distrito com divisas de Parcelamento.....	7
Figura 11 – Condomínio Buritis (1998)	83
Figura 12 – Vista através da Rodovia do Condomínio Buritis.....	83
Figura 13 – Condomínio Guaporé 1 e 2	84
Figura 14 – Condomínio Guaporé.....	84
Figura 15 – Condomínio Aroeira.....	85
Figura 16 – Condomínio Paineiras: “para pessoas que valorizam natureza,.....	85
Figura 17 – Condomínio Ipê Branco	86
Figura 18 – Condomínio Ipê Branco ao lado do futuro Shopping Center.....	86
Figura 19 – Vista do Condomínio dos Manacás	87
Figura 20 – Residencial Santa Maria.....	88
Figura 21 – Residencial Santa Maria.....	88
Figura 22 – Ribeirão Shopping.....	89
Figura 23 – Ribeirão Shopping e ao fundo o hotel Íbis e Ribeirão Office Tower.....	90
Figura 24 – A rápida e intensa urbanização da região sul de Ribeirão.	90
Figura 25 – Edifício de Escritórios – <i>New Century</i>	91
Figura 26 – Novo Shopping	91
Figura 27 – Shopping Santa Úrsula (centro da cidade).....	92
Figura 28 – Mapa Rib Preto: Condomínios horizontais fechados e Shoppings Centers..	7
Figura 29 – Ribeirão Preto	97
Figura 30 – Avenida Presidente Vargas	98
Figura 31 – Imagem da Avenida Presidente Vargas	99
Figura 32 – A verticalização do centro da cidade	100
Figura 33 – Condomínio Laranjeiras.....	100
Figura 34 – Residencial Santa Maria.....	101
Figura 35 – Ecolife	101
Figura 36 – San Diego.....	101
Figura 37 – Village Monet.....	102
Figura 38 – Porto Búzios	102
Figura 39 – Condomínio Aroeira.....	103

Figura 40 – Condomínio dos Manacás	103
Figura 41 – Condomínio dos Manacás	104
Figura 42 – Condomínio Village Monet.....	104
Figura 43 – Guarita do Condomínio Guaporé.....	104
Figura 44 – Guarita do Condomínio Paineiras	105
Figura 45 – Invasão do espaço público	107
Figura 46 – Invasão do espaço público	107
Figura 47 – Montra com proteção	108
Figura 48 – Estratégia de proteção	108
Figura 49 – Estratégia de proteção	109
Figura 50 – Privatização ilegal de espaços públicos	110
Figura 51 – Privatização ilegal de espaços públicos	110
Figura 52 – Segurança particular.....	111
Figura 53 – Muro, cerca elétrica e guarita.....	111
Figura 54 – Muro, cerca elétrica e guarita.....	112
Figura 55 – Muro, cerca elétrica e guarita.....	112
Figura 56 – Ao redor dos condomínios	113
Figura 57 – Ao redor dos condomínios	113

I. INTRODUÇÃO

1. Objetivo geral e objetivos específicos

A presente dissertação tem como objetivo principal apresentar os principais fatores que contribuem para a proliferação dos condomínios horizontais fechados e suas conseqüentes implicações na cidade de Ribeirão Preto. A cidade em relação aos empreendedores e ao urbanismo transformado em produto, absorvendo a linguagem da publicidade, cujo objetivo é construir um mundo sem conflitos.

O trabalho apresentará uma pesquisa específica, dedicada ao estudo de novos espaços urbanos em Ribeirão Preto. Por meio de pesquisa e recolha de informações, será possível uma adequada tradução dos mapas que possibilitará a análise urbana do município.

Serão analisados os equipamentos públicos, de consumo e de lazer, estabelecendo relações e pontos de contato entre eles, aproximando os *Shopping Centers* e os parques temáticos aos condomínios fechados. A contextualização teórica será abordada por autores que se dedicam a compreender a cidade contemporânea.

O objetivo é esclarecer as motivações desses empreendimentos, os impactos sociais e urbanísticos desse fenômeno e as relações sociais que são envolvidas. Serão analisadas as causas da criação e expansão dos condomínios horizontais fechados e as problemáticas provocadas por este fenômeno.

2. Justificação da pesquisa

Um edifício belo é, por isso só, incapaz de embelezar uma cidade destruída, ao passo que um só edifício feio pode destruir a silhueta de uma cidade orgulhosa. A beleza de um conjunto, de uma cidade ou de uma paisagem constitui um estado de equilíbrio frágil e vulnerável. Se um edifício conseguido é um benefício apreciável, um belo conjunto constitui um ato fundador, um fato de civilização. Através da construção das cidades, nós construimo-nos a nós mesmos. Se nós destruímos as nossas cidades, ferimo-nos a nós próprios. As nossas melhores recordações produzirão então o veneno do arrependimento, da perda irrecuperável, até do ódio àquilo que nos é querido. A partir daí, encontramos-nos em fuga do mundo e de nós mesmos. Uma aldeia bela, uma casa bela, uma cidade bela pode tonar-se na pátria de todos os

homens, uma pátria universal. Se perdermos esta capacidade, construímos o nosso próprio exílio. (KRIER, 1999, p.207).

A discussão das cidades contemporâneas é um tema que tem atraído inúmeros arquitetos, urbanistas e estudiosos com diferentes tipos de estudos e diferentes pontos de vista.

A realização deste trabalho nasce da necessidade de entender os processos que se desenvolveram na cidade de Ribeirão Preto e que fazem parte da história de vida da autora desde a sua infância.

Com a ida para a Universidade Católica de Santos e mais tarde para a Universidade Fernando Pessoa, em Portugal, surge a vontade da autora de questionar a acelerada expansão urbana e a proliferação dos condomínios horizontais fechados (conjuntos habitacionais unifamiliares murados, providos de áreas comuns, equipadas com instalações desportivas, de lazer, de serviços, de uso exclusivos dos moradores, portanto, de acesso privado) em Ribeirão Preto. A paisagem urbana do município sofreu uma enorme transformação com uma crescente fragmentação em termos territoriais e sociais e com a privatização dos espaços públicos. Assim, as inquietações da autora se acentuaram e deram origem a esta dissertação.

3. Metodologia

A pesquisa incide na cidade de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, em articulação com os condomínios fechados, as novas espacialidades urbanas e sua relação com a cidade.

O campo de pesquisa será feito por recolha indireta, o qual consiste na obtenção de informações por meio de documentos escritos (livros, revistas, jornais, *papers*), registros fotográficos, plantas cartográficas, arquivos, entrevistas, observações dos locais, bibliografia existente e bases digitais.

Para a obtenção de informação de dissertações de mestrados e de teses de doutorados, foram necessárias idas às bibliotecas dos estabelecimentos de Ensino Superior da Universidade Fernando Pessoa (UFP), Faculdade de Arquitetura da Universidade do

Porto (FAUP) e da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP). As informações adquiridas foram organizadas pelo grau de importância e de qualidade, com o intuito de estar sempre em foco com o tema escolhido.

Com base nas análises de diversos autores como Augé (1994), Boyer (1994), Ellin (1999), Garreau (1991) e Sorkin (2004) entre outros sobre o mundo contemporâneo, a escolha da cidade de Ribeirão Preto apresenta alguns critérios relevantes para a análise.

- Ocupação urbana desordenada
- Proliferação dos condomínios horizontais fechados
- Segregação sócio espacial
- Fragmentação do tecido urbano
- Privatização do espaço público
- Tematização dos espaços

O fato de esta pesquisa incidir no caso de estudo de Ribeirão Preto não significa que seja algo específico desta região, mas que pode ser um exemplo de cidade capitalista pós-moderna.

4. Estrutura da Dissertação

O presente estudo encontra-se estruturado de acordo com o processo metodológico seguido pelo trabalho de pesquisa. Desta forma encontra-se organizado em três capítulos.

O primeiro capítulo destina-se à introdução.

O segundo capítulo é reservado para a contextualização teórica que aborda diferentes análises de autores internacionais e subdivide-se em quatro subcapítulos. Destes, o primeiro é reservado para análise das formas de expansão das cidades contemporâneas relacionadas com a difusão dos espaços. O segundo aborda a complexidade das cidades, as novas formas de representações temáticas no espaço urbano e no interior dos

edifícios. Reflete sobre o mundo *Disney* e o *Shopping Center*, além de outras formas de simulações que colaboram para a ilusão e fantasia. O terceiro aborda a privatização dos espaços públicos, as novas formas de segregação espacial com a implosão da vida pública e o acentuado individualismo. O quarto é reservado para a reflexão de alguns autores que buscam entender as cidades contemporâneas propondo estratégias para obter um planejamento bem sucedido.

O terceiro capítulo aborda o estudo de caso da cidade de Ribeirão Preto.

Primeiramente será feito um estudo do plano urbanístico, com análise da história do município, do desenvolvimento e da forma de ocupação de seu espaço urbano. Por último, serão apresentadas as análises relevantes obtidas ao longo do estudo, o qual reflete sobre a forma de ocupação de Ribeirão Preto relacionando-a com as novas espacialidades urbanas contemporâneas.

II. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

1. A DES-LUGARIZAÇÃO

i. Pós-modernidade: lugares e não-lugares

Nos últimos anos os jornais globais vêm “bombardeando” o público com a mesma ideia: Por um lado a repulsa pelo centro, o medo da violência, a perda dos espaços públicos. Por outro lado a atração das áreas mais afastadas, a busca pela natureza, pela tranquilidade, pela segurança e pela homogeneidade. Esta forma de urbanização tem se expandido pelo mundo todo, sendo alvo de muitas críticas.

A partir de 1960, o urbanismo moderno começou a ser criticado, surgindo novas alternativas que propunham a busca pela cidade tradicional e as relações sociais nos espaços públicos. A partir daí a importância do espaço urbano começa a ganhar destaque e a ser analisado por muitos estudiosos do mundo contemporâneo.

Augé, (1994) antropólogo francês, dedica-se aos estudos da contemporaneidade os quais refletem sobre o confronto entre o *lugar* e *não-lugar* no espaço urbano. Segundo Augé (1994), existem três condições reconhecidas para o conceito de *lugar antropológico* que

são: a identidade, a relação e a história. A identidade relaciona-se com a experiência de vida, a marca no solo que compõe a identidade individual. A relação diz respeito às pessoas e às referências compartilhadas entre elas. A história acontece à medida que os nativos participam do processo.

Augé (1994) constrói a noção de supermodernidade que se diferencia da pós-modernidade, na medida que esta é “concebida como adição arbitrária de traços aleatórios”. A supermodernidade, segundo Augé (1994), é caracterizada pelas figuras de excesso que correspondem às transformações de categorias de tempo, espaço e indivíduo.

O excesso de tempo deve-se ao mundo *high tec* no qual a história é acelerada e o tempo não faz mais sentido. O excesso de espaço deve-se ao encolhimento do mundo que provoca alterações nas escalas planetárias por efeito da mobilidade de pessoas, da concentração urbana de migrações populacionais, bens, informações, imagens e produção de não-lugares. O excesso do individualismo deve-se ao processo amplo de singularização de pessoas e lugares, ao enfraquecimento das referências coletivas.

Portanto, os chamados “não-lugares”, produtos da contemporaneidade, são considerados o oposto do *lugar*, ou melhor, são espaços incapazes de dar forma de qualquer tipo de identidade, existindo uma supremacia do individual sobre o coletivo o qual provoca relações sociais superficiais além da perda das formas tradicionais de identificação. Contudo, Augé (1994) não se opõe à modernidade perdida, mas apresenta a contemporaneidade a ser estudada nas suas contradições e complexidades.

A pintura de Edward Hopper (1882-1967) - figura 1- faz referência à cidade tradicional. Segundo Salavista (2005), Hopper pode ser considerado um precursor dos “não-lugares” devido aos tipos de lugares inseridos em sua pintura. Hopper (*cit. in* Salavista, 2005) transmite em suas pinturas os anseios de solidão e do desconhecido, relações de circunstâncias sem identidade e sem história, refletindo um espaço desumano. Salavista (2005) afirma que apesar de Hopper não ser considerado um grande pintor pela sua técnica, a ideia de sua composição de transmitir a vida americana era única, enfatizando

sempre a banalidade. “As pessoas são anônimas e a relação entre elas é de circunstância” (Salavista, 2005).

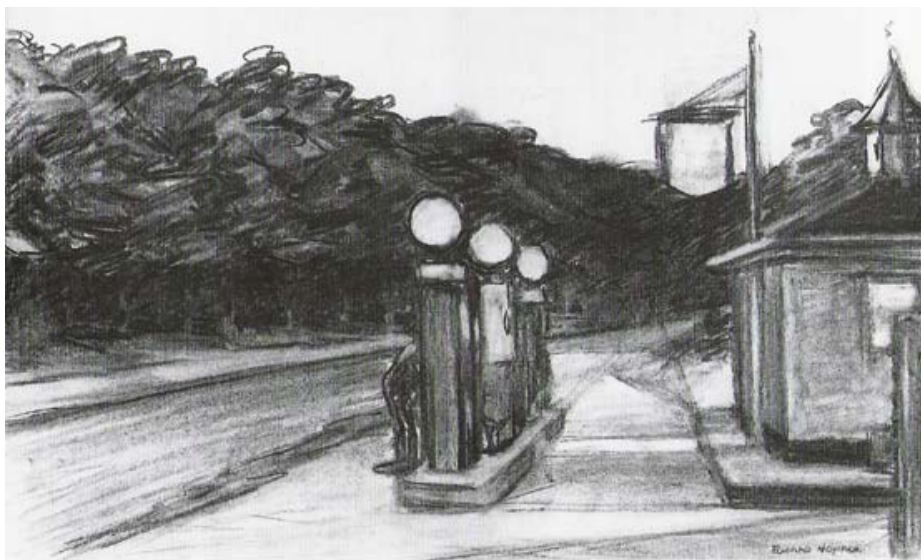


Figura 1-Estudo preliminar para “A Gasolina”. 1940. Pastel e carvão sobre papel

Fonte: Salavista, 2005

Edward Relph, geógrafo canadense, discute sobre o espaço e a utilização deste pelos indivíduos e reflete sobre o lugar e o oposto de lugar. Segundo Relph (1979) o “lugar” caracteriza um espaço concebido para os acontecimentos das relações sociais.

Assim, Relph (1979, p. 17-18) afirma para o conceito de lugar:

Os lugares que conhecemos e gostamos são todos lugares únicos e suas particularidades são determinadas por suas paisagens e espaços individuais e por nosso cuidado e responsabilidade, ou ainda, pelo nosso desgosto, por eles. Se conhecemos lugares com afeição profunda e genealógica, ou como pontos de parada numa passagem através do mundo, eles são colocados à parte porque significam algo para nós e são os centros a partir dos quais olhamos, metaforicamente pelo menos, através dos espaços e para as paisagens.

Relph (1979, p. 3) fala sobre as diferentes relações que se pode acontecer no espaço construído e que para cada um a participação e a afetividade do espaço é diferente.

Aquele mundo de ambigüidades, comprometimentos e significados no qual estamos inextricavelmente envolvidos em nossas vidas diárias, mas o qual tomamos por muito certo. É um mundo em acentuado contraste com o universo da ciência, com seus padrões e relações cuidadosamente observados e ordenados, e no qual uma rua é um pouco mais do que um espaço vazio entre duas linhas num mapa.

Porém, na perspectiva de Relph (*cit. in* Larice e Macdonald, 2007), o conceito de *lugar* enquanto *mundo-vivido* (*life-world*) destaca a dinâmica do espaço, o instrumento de transformação em diferentes escalas. Relph parece não negar o lugar, mas reflete sobre *placelessness*, em outras palavras, a *des-lugarização* do espaço. Relph não associa *placelessness* com as relações positivas e nem com as negativas do *espaço-vivido* mas relaciona-se com a homogeneidade do espaço.

Os enfoques de Relph (*cit. in* Larice e Macdonald, 2007) valorizam os temas do cotidiano e trazem uma aproximação com a realidade, partindo da experiência vivida. Na visão de Relph, *placelessness* é o nome que intitula o pouco envolvimento do indivíduo com o espaço, uma relação inautêntica entre ambos. O lugar que é concebido para os acontecimentos das relações sociais se enfraquece, perde seu poder na configuração do espaço.

De acordo com Sorkin (2004), “*en los últimos años hemos asistido a la emergencia de un tipo de ciudad completamente nueva, una ciudad sin lugar asociado a ella.*” Segundo Sorkin (2004), as cidades norte-americanas estão sofrendo a dispersão urbana *en un reino de no-lugares*, ou seja, os lugares ocupados não são pontos especiais, não tem nenhuma conexão com a geografia local das cidades tradicionais, nem vínculos com as relações sociais. “*Estos “lugares” son completamente ageográficos: pueden ser insertados tanto en el territorio abierto como en el corazón da la ciudad.*” (Sorkin, 2004)

ii. A difusão dos lugares

A expansão territorial descontínua é a nova forma de produção do espaço urbano o qual tem transformado as morfologias urbanas e gerado uma urbanização difusa. Esse processo modifica as relações entre o público e o privado, acentuando as práticas sócio

espaciais. Os lugares que são caracterizados por espaços identitários perdem seus espaços para os intitulados “não-lugares” que comprometem a produção dos futuros espaços urbanos.

Rem Koolhaas, arquiteto holandês, reflete sobre a capacidade que as cidades têm de se transformar diante do processo de integração global, intitulando este fenômeno de *Cidade Genérica*:

Rem Koolhaas (*cit. in Larice e Macdonald, 2007*) afirma:

The Generic City is the city liberated from the captivity of center, from the straitjacket of identity. The generic city breaks with this destructive cycle of dependency: is nothing but a reflection of present need and present ability. It is a city without history.

Em outras palavras, a cidade genérica pode ser considerada um espaço urbano sem história, algo superficial, sem coerência, onde o traçado urbano se dilui, perdendo suas configurações estáveis contra a questão de planejamento.

Segundo Koolhaas (*cit. in Larice e Macdonald, 2007*) “*The serenity of the Generic City is achieved by the evacuation of the public realm, as in emergency fire drill*”, ou seja, a cidade perde suas configurações, o congestionamento toma conta das ruas e o espaço público, local de interação e vitalidade, perde suas forças sendo substituído pelos movimentos mais necessários, os automóveis.

A perda da identidade é uma das características da cidade genérica, pois a cidade perde sua forma de poder compartilhar do passado. A cidade genérica é a morte do planejamento, onde as estradas, os edifícios e a natureza espalham-se sem nenhuma integração uns com os outros, podendo estar localizados em qualquer lugar. É a perda do espírito de lugar.

Segundo Koolhaas (*cit. in Larice e Macdonald, 2007*), o estilo pós-moderno é o único movimento que tem a capacidade de conciliar a arquitetura com a prática do pânico, conseguindo acompanhar o desenvolvimento das cidades genéricas.

Oliver Gillham (*cit. in Larice e Macdonald, 2007*), com a sua expressão *what is Sprawl* tenta refletir sobre a expansão urbana das cidades. Para Gillham, a cidade tradicional tem se expandido perdendo sua compactação. O *urban sprawl* pode ser considerado uma forma típica do desenvolvimento suburbano dos Estados Unidos, correspondendo à dispersão do território como forma de urbanização. A crítica ao *sprawl* é o confronto entre a cidade histórica consolidada e a cidade dispersa.

Segundo Gillham (*cit. in Larice e Macdonald, 2007*), “*Our contemporary metropolitan areas have been widely described a vast horizontal world of places and thing that are accessible only through relentless driven.*” Em outras palavras, *The Limitless city* pode ser atingido pelos meios de transportes particulares que percorrem longas distâncias.

Os norte-americanos são cada vez mais atraídos para os subúrbios, colaborando para a cidade difusa. Eles não se importam com o aumento dos gastos de locomoção, e sim com espaços mais tranquilos, mais amplos e menos densos, buscando a tranquilidade do subúrbio.

A cidade difusa pode ser caracterizada pela falta de identidade, de história, de centralidade, de espaços públicos, com a escassez de espaços verdes e a predominância dos transportes particulares.

De um lado há aqueles que defendem a “Cidade Compacta”, ou seja, uma cidade com pouca utilização das superfícies urbanizadas mediante um planejamento; de outro lado há aqueles que defendem uma cidade menos densa, privilegiando a ocupação na horizontal que pode ou não ser planeada, *urban sprawl*.

Jacobs (*cit. in Vaz, 2005*) critica o modo de urbanização norte-americano, *sprawl*, e afirma que o ponto mais crítico de uma cidade é a expansão suburbana, que vem tendo imenso destaque no espaço urbano contemporâneo.

De acordo com Linch (1999, p. 377):

Só ocasionalmente se têm defendido as virtudes do crescimento disseminado, que proporcione espaços para a flexibilidade e para o preenchimento, ao passo que o desenvolvimento contínuo produz áreas monolíticas de uma só época.

Em outras palavras, Lynch (1999) defende a urbanização diversificada com espaços que tenham flexibilidade para que ocorra uma ocupação espontânea de diferentes usos que tenha uma certa identidade, caso contrário os espaços tornam-se monótonos e não produzem história.

Entretanto, a expansão suburbana faz com que os chamados “lugares” se tornem cada vez mais frágeis sendo substituídos por um urbanismo de consumo que se aproxima dos não-lugares, uma nova forma de ver o mundo.

iii. Descentralidade de Los Angeles

Para se discutir sobre a relação centro e metrópole é escolhido os Estados Unidos como exemplo de transformação do centro e a relação deste com a metrópole. Os Estados Unidos, em seu período pós-guerra, passa por um processo de modernização em que o automóvel se destaca como principal meio de transporte.

Edward Soja (*cit. in* LeGates e Stout, 2003) escreve sobre a geografia crítica do espaço urbano de Los Angeles. Segundo Soja, Los Angeles é caracterizado por imagens conflituosas, parece estar num espaço onde não há limite rompendo com a análise e interpretação ortodoxa. Um mundo em que a homogeneidade reina dentro dos muros residenciais e o centro torna-se segregado e segmentado socialmente. Ele reflete sobre a paisagem urbana heterogênia, com diferentes culturas e pátrias e a tentativa de segregação e de homogeneidade.

A cidade de Los Angeles é cercada por diferentes cidades externas, em diferentes estágios de desenvolvimentos, e Soja (*cit. in* LeGates e Stout, 2003) defende que para haver cidades externas é necessário uma centralidade persistente para sustentá-las.

Soja (*cit. in* Atributos Urbanos) considera L.A. uma *postmetropolis* em relação a seus fenômenos socioeconômicos. Ele define a cidade como um radical processo de transformação, sendo que a principal característica de uma *postmetropolis* é a sua complexidade formal que acompanha os processos de desterritorialização e reterritorialização. Ou seja, a ruptura com a realidade existente e a reorganização de

outras cidades temáticas, o aparecimento de uma nova espacialidade onde não existe limites e dificilmente distingue-se as diferentes partes da cidade.

Conforme os estudos de Jackson (*cit. in* LeGates e Stout, 2003), devido ao processo de suburbanização na América do Norte, a metrópole tem sofrido o processo de polarização entre o subúrbio e a região central. Nota-se o aumento da repulsão da cidade e a atração da classe média e alta para bairros afastados, restritamente residenciais com baixa densidade populacional e a necessidade de automóveis para se locomover. Isso resulta em grandes espaços vazios, sem conexão e sem limites de fronteiras urbana, deixando que a vida pública se torne cada vez mais escassa, o que evidencia a segregação em termos sócioeconômicos.

Segundo Jackson (*cit. in* LeGates e Stout, 2003), devido ao grande deslocamento para os subúrbios a área central tornou-se um local de concentração de empregos, principalmente o comércio; residências de antigos moradores que devido ao baixo poder aquisitivo não puderam se deslocar para o subúrbio; e aglomeração das classes mais baixas, geralmente imigrantes.

Devido ao desprezo pelo centro da cidade, para Jackson (*cit. in* LeGates e Stout, 2003) a consequência histórica seria a criação de uma cidade “ sem centro”, dispersa, segregada em termos sociais, étnicos e econômicos, recortada por rodovias para a locomoção dos automóveis.

Garreau (1991) analisa a proliferação das *Edge Cities* nos Estados Unidos, a modificação das novas fronteiras através da suburbanização. Segundo Garreau (1991), os Estados Unidos passam por três períodos de suburbanização. O primeiro período é considerado o pós-guerra, quando o país passa pelo processo de modernização e o automóvel se destaca como meio de transporte. O segundo período de suburbanização acontece entre os anos 60 e 70 e destaca-se pela construção e proliferação dos centros comerciais voltados para o uso da população suburbana. E por fim, o terceiro fenômeno é aquele que caracteriza a *Edge Cities*, a proliferação de empregos nos espaços suburbanos com a fixação dos cidadãos nesses locais.

Segundo Garreau (1991), esse processo de suburbanização pode ser considerado uma maneira de procurar uma nova forma de se socializar, pois, trabalho e moradia próximos proporcionam aos cidadãos a luta pelos mesmos interesses. A exaltação de Garreau (1991) sobre a tendência de suburbanização norte-americana pode ser considerada de caráter excludente, pois ele não destaca importância para as classes desfavorecidas, que não se integram na estrutura ocupacional capitalista. Conforme a previsão de alguns estudiosos, as análises de Garreau (1991), se forem levada às últimas consequências, provocariam a destruição da área central da cidade, a segmentação do tecido urbano e o fim do conceito da própria ideia clássica de cidade.

Davis (1993) em seu livro, “Cidade de quartzo, escavando o futuro em Los Angeles” intitula um capítulo “Fortaleza LA” em que esclarece, através da estética, de que forma a política se faz urbanismo, determinando as formas da cidade.

(...) Em cidades como Los Angeles, na orla ruim da pós-modernidade, observa-se uma tendência sem precedentes no sentido da fusão do urbanismo, da arquitetura e do aparato policial num único e abrangente esforço de segurança (...)

2. A DISNEYFICAÇÃO GLOBAL

i. Tematização do espaço urbano

A cidade no fim do século XIX torna-se complexa e seu caráter de sistema de representações é acentuado surgindo as “cenas urbanas”, transformações urbanas manipuladoras e hostis que alimentam os imaginários visuais, o que constitui uma representação parcial da realidade.

Boyer (1994) reflete sobre diversos modelos visuais e mentais pelos quais o ambiente urbano é identificado, figurado e planejado e analisa a distinção de três “mapas” principais. Segundo a autora, a cidade vista como obra de arte é característica da cidade tradicional, a cidade vista como panorama é característica de uma cidade moderna e a cidade vista como espetáculo é característica da cidade contemporânea.

O planejamento urbano racional é rompido pelas utopias que são produzidas no despertar da cidade do espetáculo. Uma cidade com estilos históricos e alusões

cenográficas se conecta com a composição urbana. A cidade contemporânea, portanto, pode ser considerada um puro espetáculo programado que é cortada por vias de altas velocidades e circuitos eletrônicos invisíveis. A cidade do espetáculo pode ser considerada uma cidade reduzida ao jogo das imagens na qual se desenvolve uma aproximação com a lógica do consumismo e a venda de um estilo diferenciado de se viver.

Rem Koolhaas (*cit. in Larice e Macdonald, 2007*) reflete sobre a Cidade Genérica e relata sobre a capacidade que as cidades têm de se transformar diante do processo de integração global. Ele define o conceito de Cidade Genérica em que a cidade histórica tende a tornar-se ela própria genérica, transformando seus espaços em grandes espetáculos. Koolhaas (*cit. in Larice e Macdonald, 2007*) afirma: “*The city is no longer. We can leave the theater now*”.

Segundo entrevista com o antropólogo francês Marc Augé (*cit. in Peixoto, Golobovante*), ele concorda com Koolhaas sobre a distinção de cidade genérica e cidade histórica e afirma que a “urbanização do mundo tende à vulgarização da cidade genérica”. Augé exemplifica isso ao refletir sobre as cidades históricas francesas, como Paris por exemplo, que se tornam cada vez mais objetos de espetáculos protegidos para os turistas.

A tipologia arquitetônica de Paris pode ser relacionada com a tematização dos espaços. As decorações e seu hábito do comércio têm sido um modelo que tem se espalhado para outros países da Europa e para a América. O comércio tem se transformado em forma de espetáculo e fantasia para atrair o consumo.

Walter Benjamin (*cit in Peixoto e Ferrante, 2006*) escreve sobre as passagens parisienses referindo-se a um mundo miniaturizado em que a cidade passa por uma simulação:

As passagens são nós para o comércio de artigos de luxo. Em seu arranjo, a arte serve ao comércio. Os contemporâneos não as deixam de admirar. Por muito tempo, permanecerão como atração para os turistas. Um guia ilustrado de Paris diz: “As passagens, recente invenção do luxo industrial, são corredores com tetos envidraçados e entablamentos de mármore que percorrem blocos

inteiros de imóveis, cujos proprietários se socializavam com esse propósito de especulação. Nos dois lados da passagem, que recebe sua luz do alto, alinham-se lojas, as mais elegantes, de tal forma que se assemelha a uma cidade, um mundo em miniatura. (Benjamin, *cit in* Peixoto e Ferrante, 2006)

Boddy (*cit. in* Sorkin, 2004) analisa a construção da cidade análoga, a transformação dos centros urbanos em subúrbios. Segundo Boddy (*cit. in* Sorkin, 2004), isso ocorre devido à mistura no centro da cidade de diferentes classes sociais, raças e culturas e também à insegurança dos espaços públicos.

A simulação controlada da vida urbana se prolonga nos centros urbanos com a mesma concepção dos subúrbios, porém todas as características ruins que se encontram no espaço urbano são filtradas por “próteses urbanas”, corredores pedonais elevados ou subterrâneos. Segundo Boddy (*cit. in* Sorkin, 2004, p.146), “(...) *son los brazos artificiales y los tubos de plástico necesarios para mantener las funciones cívicas esenciales*”.

De fato, a criação de “próteses urbanas” pode ser considerada uma metáfora em relação aos outros processos que tem transformado os espaços urbanos nas cidades norte-americanas. Os túneis e as pontes são meios de comunicação que eliminam as ruas, e proporcionam à população um meio de circular pela cidade sem ter que passar pelas ruas urbanas, além de proporcionar condições climáticas agradáveis.

Porém, as “próteses urbanas” estimulam a segregação social do espaço urbano e a ideia de livre expressão urbana perde o seu significado. Boddy (*cit. in* Sorkin, 2004, p.154) argumenta, “*la presencia de la ciudad a diferentes alturas es más habitual en el mundo de la ficción y en el de las artes populares que en la literatura profesional*”.

A reflexão de Boddy (*cit. in* Sorkin, 2004) pode ser comparada com Le Corbusier, em seu livro “Villa Radieuse” no qual ele propõe um local onde a circulação de ruas e das pessoas seja separada por níveis, existindo uma rígida separação dos diferentes usos do solo. Assim sendo, esse plano urbanístico de Le Corbusier foi de extrema importância para a reconstrução da Europa pós-guerra.

Segundo Boddy, (*cit. in* Sorkin, 2004) esse sistema de ruas aéreas, neste mundo de discriminação social, torna-se um sistema de ruas aéreas de controle com funções de filtrar o indesejável. Os mendigos, os doentes mentais e drogados são barrados e aqueles com boa aparência utilizam os espaços como refúgio, com o significado de fortaleza, sentindo-se mais protegidos. Nesses locais, o ambiente climatizado acaba sendo usado como metáfora para esses novos tipos de construções, pois *o refúgio é contra o clima social*. Boddy (*cit. in* Sorkin, 2004, p.160) afirma: “*Con las nuevas calles aéreas y los nuevos túneles urbanos, el temor se ha traducido al lenguaje de la arquitectura*”.

Segundo Boddy (*cit. in* Sorkin, 2004), da mesma maneira com que as classes médias se refugiam para os subúrbios, dentro de suas fortalezas, as autoestradas de conexão também são imitadas, porém a uma escala menor. Os túneis e as pontes podem ser considerados expressões deste mesmo processo de segregação sócio espacial, sendo a mesma forma ilusória de segurança.

No podemos construir solos nuestra ciudad de arte y poesía. Debemos abandonar los espléndidos ambientes de los nuevos puentes y volver a las calles, con su miedo intimidador, su arremolinada confusión y su desordenada vitalidad. O de lo contrario, debemos hacer todo lo posible para llevar la cultura de las calles hasta el nuevo, sin que nos importe el peligro o el desorden que ello pueda comportar. Hacer menos que eso es aceptar una sustitución, es vivir en una analogía (Boddy, *cit. in* Sorkin, 2004, p.174).

ii. Urbanização Disney e Shopping Center

Com uma nova e estimulante fronteira de desenho urbano, os parques temáticos sucedem os novos padrões arquitetônico-urbanísticos, acompanhando a rapidez do mundo globalizado. Os espaços temáticos têm sido muito bem recebidos, instalando-se em quase todo o mundo.

Em contrapartida, o espaço público, elemento estruturador da cidade, tem sofrido grandes transformações à medida em que a sociedade capitalista se torna cada vez mais individualista e consumista, cercada pelos processos de publicidades e *market*.

A cidade, local de comunidade e relações humanas está a se sacrificar mediante os processos de privatizações. Observa-se cada vez mais a perda dos vínculos com os lugares centrais e o processo de dispersão urbana com a ocupação dos subúrbios.

As novas cidades tem como principais características a necessidade de segurança e as novas formas de segregação sócio espacial, onde os centros, quando degradados, alojam os pobres, enquanto os enclaves fortificados, os ricos.

Segundo Sorkin (2004), as cidades americanas estão passando por um processo de suburbanização, *en un reino de no-lugares*, e esse novo tipo de cidade que está se proliferando nos espaços ageográficos pode ser considerado uma cidade de simulação, comparado a um parque temático. Esse aspecto pode ser facilmente notado na arquitetura atual, com a recuperação do passado baseado em imagens históricas.

Na atualidade, a renovação urbana como as ruas, os parques e as praças é recriada por disfarces urbanos e distancia-se cada vez mais da pura realidade, onde o espaço e o tempo se tornaram efetivamente obsoletos. Sorkin (2004, p.13) relata sobre o significado do parque temático. “(...) *un lugar que lo incorpora todo, la geografía, la vigilancia y el control, las simulaciones sin fin*”.

Os centros comerciais estão cada vez mais atraentes para a sociedade de consumo, e os cenários cada vez mais apelativos, onde fundem o passado, o futuro e o presente, o que dissolve as barreiras entre o real e o falso e cria um mundo fantasioso. A ideia, segundo Sorkin (2004), é de que a vida moderna unificada, reunida em um único local, possa se recuperar por meio do consumo.

No entanto, Crawford (*cit. in* Sorkin, 2004) escreve sobre “*El mundo en un centro comercial*” onde compara os centros comerciais tematizados com os programas de televisões, pois ambos se modelam conforme os padrões de consumo que se modificam com grande velocidade. “*Ahora bien, sea cual se ala forma que adopte el sistema, el mensaje que se transmite siempre es el mismo: la insistente obligación de consumir.*” (*cit. in* Sorkin, 2004, p.23). Segundo essa autora, o consumo é a forma mais fácil para a sociedade atingir sua identidade e suas realizações provisórias. A variedade de formas

de consumo e as estratégias usadas tornam as pessoas insatisfeitas, transformando-as em compradores impulsivos.

Os novos centros comerciais são estrategicamente situados perto das estradas, proporcionando fácil acesso para os automóveis. Além de rejeitar a socialização urbana e as calçadas, os *Shoppings* negam totalmente o espaço público, sendo um tipo de edifício voltado a si mesmo, “rompendo” com qualquer ligação com seu entorno, priorizando a tematização de seus espaços interiores.

Crawford (*cit. in* Sorkin, 2004, p.34) afirma:

Los arquitectos manipularan el espacio y la luz con el fin de reproducir la densidad y el bullicio del centro de una ciudad para crear en definitiva un urbanismo de fantasía, liberado de los aspectos más negativos de la ciudad: el clima, el tráfico y el menesteroso.

Em outras palavras, o arquiteto conseguiu levar o dinamismo da vida urbana para os espaços internos dos centros comerciais, eliminando os aspectos mais negativos da vida na cidade como o clima, o tráfico e os “mais necessitados”, reproduzindo uma cidade mais segura, tranquila e homogeneizada.

Segundo Crawford (*cit. in* Sorkin, 2004, p.39)

(...) si la decoración y el diseño del centro comercial no son lo bastante explícitos como para dejar bien claro a los jóvenes negro y a los sin techo que no son bienvenidos, entonces pueden utilizarse advertencias más literales.

Além dos espetáculos oferecidos nos centros comerciais, Crawford (*cit. in* Sorkin, 2004) deixa claro que hoje em dia os hotéis, os museus, os edifícios de escritórios, os centros culturais, quase todos têm copiado os centros comerciais, oferecendo espetáculos parecidos para estimular a gana do consumo.

Essa forma de organização pós-moderna tem se alastrado em várias cidades e países de todo o planeta. Segundo Soja (*cit. in* Sorkin, 2004), os parques temáticos artificiais encontram-se na vida quotidiana, em qualquer lugar, sem precisar visitá-los. Esses cenários cada vez mais presentes nos espaços urbanos provocam o desaparecimento cada vez maior da realidade.

Soja (*cit. in* Sorkin, 2004, p. 141) afirma:

Esta desaparición extática está alimentando con gran rapidez una nueva modalidad de normativa social para el mundo posmoderno contemporáneo, absorbiéndonos sin obstáculos en unas sociedades de la hipersimulación políticamente paralizadas, en las cuales incluso la vida cotidiana se analiza temáticamente y adopta conscientemente formas preenvasadas.

Soja (*cit. in* Sorkin, 2004) reflete sobre o Concelho de Orange, o local do sonho de qualquer norte-americano, um paraíso em forma de parque temático, onde a sociedade pode viver uma vida de cinema, porém o autor a considera uma *exópolis*: “*ciudades sin ciudad*”, onde não existe um centro urbano, não existe uma cidade.

De acordo com Soja (*cit. in* Sorkin, 2004, p.142):

Si somos capaces de recuperar nuestra capacidad crítica para entender que la ‘espacialidad’ da la vida social es algo inherente a lo político, y un instrumento del mismo, entonces también seremos capaces de desarmar estas simulaciones tan decepcionantemente atractivas, y de reconstruir una cartografía del poder distinta de la actualidad está trazada por todo el interior de la exópolis.

Segundo Boyer (*cit. in* Sorkin, 2004), Nova York deixou de ter grandes preocupações com as moradias, transporte público, lazer e trabalho para o povo, sendo que a grande importância na atualidade são os cenários urbanos que modificam a arquitetura e manipulam a sociedade. O sentimento de insegurança social faz com que muitos prefiram as simulações à realidade.

Para Boyer (*cit. in* Sorkin, 2004) é importante salientar:

Es crucial el hecho de que estos escenarios urbanos no impliquen una descontextualización de la arquitectura por medio de la eliminación de todos sus vínculos con el pasado histórico de la ciudad (...)

Em outras palavras, Boyer (*cit. in* Sorkin, 2004) mostra-se preocupada com a história, com a identidade das cidades e com o receio de que os cenários urbanos desvalorizem ou até eliminem o que as cidades têm de mais importante.

É importante salientar que o processo de tematização dos espaços urbanos tem se propagado pelo mundo todo, surgindo um novo tipo de urbanismo em um curto período de tempo que se intitula: *A disneyficação* global.

O mundo temático que antes se localizava na Flórida e na Califórnia atinge Paris e alcança Tóquio. O mundo americano de ambientes fantásticos seletivos é aceito em todo o mundo e os espaços urbanos são reinventados e rememorados. O fantástico mundo de consumo que imperam os parques da Disney se espalha de forma rápida para dentro dos ambientes temáticos mundiais que passam a ter os próprios espaços de compras, o *shopping mall*.

No fim dos anos 20 a *Disney Development Company* lança o desenho de uma cidade temática, intitulada *Celebration*. Uma cidade nova, inteiramente projetada em Orlando, na Flórida, que destaca novas fronteiras psicológicas no traçado urbano, onde se cria um laboratório em um cenário temático para testar a vida real.

Celebration busca evocar os tempos do passado e é destinada a uma classe média estressada que busca a tranquilidade do tempo passado, um ambiente reconfortante e fantasioso. Existem diversas formas de estilos românticos que se podem escolher para a arquitetura das casas, podendo variar de estilos arquitetônicos que relembram o passado. As áreas onde se localiza a cidade nova têm um imenso potencial de *market* do ambiente temático, sendo a terra valorizada como uma mercadoria.

Pode-se dizer que *Celebration* é um mundo real que absorve a irrealidade da Disney, agrupa elementos de uma memória real com uma memória confeccionada, fazendo com que a sociedade se sinta anestesiada.

Gottdiener (*cit. in* Seixas, 2008) afirma: “De fato, o parque temático Disney, ou seja a Disneyland da Califórnia em conjunto com a Disneyworld da Flórida, constituem a maior atração popular do planeta.”

Segundo Seixas (2008), “O parque Disney é o mais bem sucedido espaço temático do mundo, e provavelmente, o antecedente de toda uma tematização urbanística de grande escala que atualmente invade nossas cidades.”

Esta maneira de recriar um mundo onde a vida é reconstruída em ambientes belíssimos tem demonstrado grande interesse para a população do mundo todo. É o desejo das pessoas de sentirem um lugar que não foi afetado pelo tempo.

Boyer (*cit. in* Sorkin, 2004) afirma que é possível encontrar atualmente os antigos espetáculos cenográficos urbanos como panoramas, ou *tableaux* comuns nas cidades mais ricas do século XIX, caracterizando-os em três tipos: áreas de preservação histórica, áreas com algum interesse histórico e áreas temáticas, como *shopping malls*, enclaves residenciais e os Parques da Disney.

Conforme Boyer (*cit. in* Sorkin, 2004), a Disneylandia representa um símbolo universal do progresso que estimula a fantasia privada e a vontade de consumir dos visitantes. Boyer reflete sobre “*los tableaux urbanos*”, os espetáculos voltados a si mesmo e a negação da realidade, “*una representación dentro de una representación*”. A Disneylandia para Boyer é considerada *los tableaux* originais dos mercados históricos, um projeto muito bem concebido para incentivar o consumo.

De acordo com Boyer (*cit. in* Sorkin, 2004, p.215):

(...) *estos tableaux son auténticos no-lugares, restos urbanos vacíos, sin ninguna conexión con el resto de la ciudad o con el pasado, a la espera de ser llenados con fantasías contemporáneas, colonizados por imágenes ilusorias, y convertidos, finalmente, en espectáculos de consumo.*

A Disneylandia, segundo Sorkin (2004), simula o mundo físico que cada vez mais se aproxima da vida quotidiana; é a versão do urbanismo moderno tendo como referência as ideias do arquiteto Le Corbusier e do inglês Ebenezer Howard, ambos a favor do movimento cidade-jardim quando propõem como forma restauradora do espaço urbano que as vias pedonais e os veículos devam ser separados.

Sorkin (2004) afirma que a Disney, junto com a sua organização e sua escala, pode se assemelhar com uma cidade jardim, sendo que ambos, com facilidades de acessos vão em busca do lazer.

Já nos anos 60, Jane Jacobs (2000), criticava as recuperações urbanas em bairros de Nova York, sendo que para a melhoria das áreas degradadas, as construções foram demolidas e no lugar foram construídos um *Shopping Center* e um conjunto habitacional. E ainda, esse empreendimento foi aclamado como uma excelente demonstração de recuperação urbana.

No entanto Jacobs (2000) afirma:

Os *shopping centers* monopolistas e monumentais centros culturais, com o espalhamento das relações públicas, encobrem a exclusão do comércio – e também da cultura – da vida íntima e cotidiana das cidades.

Peixoto e Ferrante (2007) fazem a tradução para o texto abaixo no qual descrevem sobre a tipologia arquitetônica relacionada com um grande centro comercial, especificamente os *Shopping Centers*.

Tome 50 hectares de terreno plano. Contorne-o com 500.000 consumidores que não tenham acesso a nenhum outro arranjo comercial. Prepare o terreno e cubra a parte central com um milhão de metros quadrados de edifícios. Preencha-o com os melhores especialistas de técnicas comerciais que venderão, a preço baixo, artigos de qualidade. Decore-o todo com 10.000 vagas para estacionamento e assegure que o terreno seja acessível por excelentes vias expressas subutilizadas. Termine a decoração com plantas, parterres de flores, uma pequena escultura e sirva quente ao consumidor.

No entanto, espaços estratégicos e privilegiados são os locais da instalação de lojas que são capazes de atrair um grande número de consumidores. A publicidade é o grande responsável para impulsionar o consumo de um mundo de faz de conta e os *Shopping Centers* ganham cada vez mais diversificadas variações estilísticas.

De acordo com Peixoto e Ferrante (2007), a artificialidade das ruas dos *Shoppings* exalta os problemas sociais, a iluminação zenital protege contra as variações climáticas e o ar condicionado e as escadas rolantes confortam o ambiente para o consumidor. Ambos afirmam que esta forma de comércio se transformou em epidemia que se alastra na mesma velocidade do capital internacional e corporativo após o sucesso e a hegemonia política dos EUA pós Segunda Guerra.

3. A PRIVATIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

i. O enfraquecimento do espaço público

A sociedade teme cada vez mais o perigo das ruas. Os centros das cidades cada vez mais degradados, os parques parecem desertos tornando-se locais de passagem rápidas. Os espaços públicos, abandonados, estão a desaparecer, perdendo suas funções de integração e o individualismo está a se destacar cada vez mais na sociedade contemporânea.

Em relação a essa obsessão pela segurança, Mike Davis (1993), em seu livro *Cidade de Quartzos* relata sobre as Fortalezas de Los Angeles. Ou melhor, sobre o “desastre urbano” no qual se enquadra Los Angeles, a mais emblemática das cidades americanas. Davis (1993) afirma que o aumento da violência urbana e a fuga da vida urbana estão colaborando para a destruição do espaço público em Los Angeles. Os serviços públicos estão diminuindo cada vez mais por se tornarem perigosos e vazios. O governo tem colaborado com a privatização dos espaços públicos e a classe média e alta cada vez mais atraídas para os subúrbios, principalmente dentro dos enclaves fortificados.

Davis (1993) analisa a vida urbana em Los Angeles onde a forma urbana da cidade segue a função repressiva. A classe média está cada vez mais perdendo sua liberdade, isolando-se espacialmente e socialmente. Os espaços democráticos estão se desfazendo e os serviços públicos, cada vez mais eliminados. O mesmo autor afirma que essa paranoia pela segurança poderá trazer consequências profundas para as relações sociais.

O “efeito fortaleza” em Los Angeles é uma estratégia sócio espacial determinada para a repressão em que o objetivo, de acordo com Davis (1993), pode ser resumido como duas formas de repressão: “arrasar toda e qualquer associação com o passado do centro” e também “prevenir qualquer articulação com uma urbanidade não anglo-saxônica de seu futuro”.

Os proprietários de classe média estão cada vez mais se refugiando em fortificações com sistemas de seguranças dos mais sofisticados e os “excluídos” perdem a total

liberdade dos espaços públicos que se tornam cada vez mais privatizados. Segundo Davis (1993), a sociedade está em “um estado de guerra socialmente aberto”.

De acordo com Davis (1993):

Qualquer um que tenha tentado dar uma voltinha ao anoitecer através de um bairro estranho patrulado por guardas de segurança armados e sinalizados com ameaças de morte nos postes, compreende imediatamente quão meramente abstrata, se não completamente obsoleta, é a antiga ideia da “liberdade da cidade”.

Na visão de Davis (1993), em relação ao controle social da comunidade murada, a busca por uma segurança burguesa faz com que a forma dos edifícios se aproxime das prisões e fortalezas. Porém as prisões acabam, ironicamente por se tornarem objetos estéticos “arquitetonicamente naturalizados” do espaço urbano. Segundo Davis (1993), o uso de camuflagem arquitetônica para refinar os espaços das cadeias no perfil dos edifícios é a solução para o conflito entre a reincorporação carceral ou comercial.

Davis (1993) ainda relata que:

(...) com o deslocamento pós liberal dos gastos do governo da assistência social para a repressão, as estruturas carcerárias se tornaram a nova fronteira da arquitetura pública. Como a enorme quantidade de escritórios que existe na maior parte do país reduz as comissões para a construção de torres empresariais, arquitetos célebres fazem uma corrida para projetar cadeias, prisões e delegacias da polícia.

Em outras palavras, edifícios com diferentes funções acabam por terem suas formas estéticas parecidas que se confundem no espaço público, perdendo sua própria identidade.

Entretanto, a forma do espaço urbano acaba por seguir as regras da função repressiva. Um exemplo, segundo Davis (2003), é a questão dos sanitários públicos em Los Angeles, que devido à marginalização, a cidade se recusa a fornecer. Assim os sanitários públicos foram transformados em “quase públicos”, com o uso de instalação onde o acesso pode ser controlado. As praias de Los angeles ao escurecer são “fechadas” e controladas pela vigilância de helicópteros e policiais. Além disso, nota-se

que as residências em L.A. também passaram a representar a função repressiva com a utilização na arquitetura de grandes muralhas e com o uso de segurança privada.

Davis (1993) afirma que, “...o *efeito fortaleza* emerge, não como uma inadvertida falha do projeto, mas como uma estratégia sócio espacial deliberada”.

Segundo Davis (1993), Los angeles, uma cidade com grande destaque na América, sofre de uma profunda segregação sócio espacial por meio da privatização dos espaços públicos. A perda da energia vital do centro é substituído por outros meios de espaços privatizados que tendem à fusão do urbanismo, da arquitetura e do aparato policial num único esforço de segurança. O espaço público torna-se praticamente destruído com os parques abandonados, as praias cada vez mais segregadas, os centros públicos fechados; as ruas tornam-se cada vez mais perigosas, divorciam-se do passado; o automóvel torna-se o principal meio de locomoção.

ii. A violência e a nova forma de moradia

O dicionário da língua portuguesa (Costa, 1998) define condomínio apenas como uma ação de “*domínio exercido simultaneamente por mais de uma pessoa ou nação*” e não como um nome a um tipo de construção específica urbana. Com isto pode-se evidenciar o quão recente é o rótulo de condomínio para caracterizar certos tipos de construções.

Conforme Seixas (1999), no final dos anos oitenta, aplicava-se esse termo para definir qualquer tipo de construção em propriedade horizontal, sendo que se podia imaginar a partilha em comum apenas de determinados espaços como as escadas, o *hall* de entrada, a garagem, entre outros. Já nos anos noventa, esse tipo de construção é vista como uma construção tradicional, um urbanismo dominado pelo modelo dos novos condomínios implicando grandes áreas comuns. Nos anos noventa a palavra condomínio nos empreendimentos, além de ocupar grandes áreas, situava-se em zonas nobres da cidade ou em lugares calmos, tranquilos, com uma certa distância em relação à cidade.

De fato, e conforme Gottdiener (1995) define o conceito de condomínio:

O conceito de condomínio é, assim, em si mesmo uma ideia publicitário-imobiliária e as estratégias de publicitação prévia a construção a venda em planta e, em muitos casos, o acompanhamento da construção por parte do comprador, possibilitam um conjunto de ajustamentos entre o imaginário publicitário, o eu ficcional e a realidade imobiliária. Esta relação pode apresentar-se de formas diferentes segundo as classes sociais, no entanto, não é certo que haja uma correlação direta entre conotação e denotação por um lado, e classes médias e altas por outro, como propõe alguns.

A denominação condomínio supõe assim, implicitamente, esta dualidade entre uma realidade imobiliária precisa e uma fantasia ficcional e torna-se difícil distinguir entre a habitação real e a habitação ideal.

O movimento de expansão de condomínios horizontais é um fenómeno recente cujo início se deu em meados dos anos 70 em São Paulo constituindo atualmente a mais desejável moradia para as classes médias e altas.

Os condomínios não podem ser considerados um fenómeno isolado pois surgem como uma nova forma de moradia de segregação sócio espacial nas cidades contemporâneas. Caldeira (2000) intitula esse novo tipo de empreendimento “enclaves fortificados”.

Esses novos empreendimentos estão mudando consideravelmente a maneira como as classes altas e médias vivem o seu dia a dia. O carácter do espaço público, as interações públicas, a segregação espacial acabam por modificar o panorama da cidade.

A população que obtém uma condição financeira favorável é atraída para esses novos empreendimentos com a expectativa de maior conforto associado a atividades de lazer e espaços verdes, com a ilusão de morarem num local de férias permanente, tendo como principal vetor a ânsia da segurança.

Caldeira (2000) descreve sobre os enclaves fortificados:

(...) embora tendam ser espaços para as classes altas, podem ser situados em áreas rurais ou na periferia, ao lado de favelas ou casas auto construídas. Finalmente, os enclaves tendem a ser ambientes socialmente homogêneos. Aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas selectas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas. Os enclaves privados e fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo

moderno de espaço público aberto a livre circulação. Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão tornando cada vez mais marcadas por suspeita e restrição.

Segundo Caldeira (2000), a expansão urbana é caracterizada pela arquitetura do medo. As barreiras físicas como os muros altos, grades, alarmes, sistemas de monitoramento, cercas elétricas, estão cada vez mais presentes na paisagem urbana da cidade contemporânea representando além de um limite físico, um limite simbólico. Os excluídos e os incluídos socialmente passaram a disputar os espaços urbanos, sendo que a classe média e alta cada vez mais invadem as áreas periféricas; a ocupação pobre acaba por preencher os centros degradados e o lado oposto das áreas periféricas utilizadas pelas classes privilegiadas. Esse processo de expansão e de apropriação faz com que a cidade se torne cada vez mais violenta e a elite se iluda, sentindo-se segura por proteger-se nos grandes muros e nos carros blindados.

Por outro lado, com uma análise mais profunda sobre esta questão, Caldeira (2000) afirma que não é somente a classe média e alta que se isola. Os espaços mais pobres, como os morros, as vilas, os espaços públicos centrais, as pontes entre outros, já estão “guetificados”. Esses espaços não se submetem à lei do silêncio, fazendo com que cresça a violência, a miséria, o tráfico e a criminalidade. Os excluídos passam a ser uma ameaça ao conforto daqueles que usufruem dos privilégios da modernidade, tornando a cidade insegura. Essa insegurança colabora para que ocorra mais ainda a segregação social e espacial.

Augusto (2002) discute sobre as reflexões de Caldeira em relação à segregação social e à violência urbana e afirma: “(...) se constrói um círculo de que o medo é trabalhado e reproduzido e a violência é, a um só tempo, combatida e ampliada”.

Os ideais de vida como a liberdade, a igualdade, a tolerância e o respeito à diferença são cada vez mais substituídos pela separação rígida de espaços, sendo garantido pela segurança sofisticada e estruturada que valorizam a desigualdade. No momento em que os muros aparecem, é eliminado o desenvolvimento da sociabilidade urbana, pois os espaços públicos, como ruas e calçadas, esvaziam-se e são projetado somente por

tráfego de veículos; as praças tornam-se vazias. Isso resulta na ausência de uma vida pública, ou melhor, na implosão de uma vida pública.

De acordo com Augusto (2002):

(...) fisicamente demarcados e isolados por muros, grades áreas vazias e detalhes arquitectónicos, os condomínios caracterizam-se como espaços autónomos e independentes do entorno em que estão situados; por isso, podem estar em qualquer espaço e mudam o panorama da cidade no que se refere ao carácter do que é público e à interacção entre os diferentes conjuntos/estratos sociais.

Os condomínios fechados promovem a garantia de segurança em relação à violência urbana e os agentes promotores utilizam-se da questão da violência para com esses empreendimentos, sendo que estes garantem o consumo cultivando os medos do consumidor.

As ruas, as praças e os parques deixam de ser espaços de estar e convívio para tornarem-se territórios de passagens rápidas, sendo substituídos pelos condomínios, espaços fechados e protegidos, além dos *Shopping Centers* e dos clubes particulares fazerem parte disso.

De acordo com Tramontano e Santos (2001) os condomínios fechados são:

(...) espaços fechados e protegidos, cuja imagem procura ligar-se à ideia de férias permanentes, de satisfação associada ao consumo e à exclusividade. O caminho que leva a esta natureza ainda suposta e imaterializada afasta-nos da cidade real, enfraquecendo a relação entre cidadão e cidade.

Tramontano e Santos (2001) afirmam que um dos problemas sociais é que com a proliferação de condomínios fechados no contexto de expansão urbana, as cidades ficarão com aspectos de guetos, sendo possível talvez eliminar a figura do arquiteto das discussões que envolvem a vida urbana.

De acordo com Goldsmith (*cit. in* Moura 1998):

A ostentação da cidade hegemónica, com direitos e lugares, é uma agressão à cidade dos não-cidadãos. A arquitectura da protecção, fruto da exclusão explícita, recria as fachadas e as funções do edifício, abre acessos privados aos condomínios fechados e entre centros comerciais, designs

que transformam espaços públicos historicamente heterogêneos em passarelas isoladas da “tensão da rua”, negando as expressões espontâneas e inesperadas da vida, evitando o “confronto com a realidade”.

Segundo o antropólogo Seixas (2008),

Porque só quando o urbanismo aprender a multiculturalidade poderemos ter uma cidade melhor: uma cidade que seja um verdadeiro sistema de convivência de culturas. Este urbanismo antropológico, na partilha quotidiana das diferenças é a única salvação do nosso futuro como seres urbanos.

Com essa forma de produção capitalista, os territórios tornam-se exclusivos e restritivos, gerando a segregação sócio espacial, a qual é prejudicial às relações humanas e ao desenvolvimento das cidades.

Roberts (2002), por meio de diversas entrevistas, relata sobre três movimentos provocados pelo muro: a inclusão, a exclusão e a reclusão:

O muro que inclui é o mesmo que exclui e é o mesmo que provoca sentimentos de reclusão pelos que estão dentro de seus limites e sentimentos de agressão, talvez até mais acirrados, por parte daqueles que estão fora de seus limites; barreiras têm também o poder de potencializar os “outros”, somando aos inimigos os anteriormente indiferentes.

Portanto, pode-se dizer que a inclusão é a sociabilidade que nasce entre os moradores dos condomínios, um sentimento de igualdade pelo qual excluem o “desconhecido” que está fora dos muros. Ao mesmo tempo que provoca a segregação espacial também chega a ser um espaço de sentimento de reclusão devido às enormes burocracias e diversas formas de segurança às quais as pessoas “estranhas” precisam se submeter para entrar no condomínio.

iii. A tendência Pós-Contemporânea

O crescimento do medo e a busca por maior segurança têm se acentuado nos últimos anos. As notícias sobre o tema violência são bombardeadas através dos meios de comunicação para a população, e mesmo aqueles que nunca foram vítimas da violência urbana mudam suas práticas sociais a fim de se protegerem. Muros, grades, guaritas,

câmaras, sensores e seguranças privatizados são algumas maneiras que as pessoas têm utilizado para se protegerem.

Sobre as teorias do urbanismo contemporâneo serão analisadas algumas das reflexões mencionadas pela arquiteta norte-americana Nan Ellin.

Segundo Ellin (*cit. in Wilkoszynski 2006*),

Enquanto o urbanismo moderno emulou-se na máquina para acomodar uma sociedade industrial, o urbanismo pós moderno buscou inspirações num ambiente pré-industrial para uma sociedade pós-industrial.

Nota-se, portanto, que o pós-modernismo acabou tomando diferentes rumos em relação à teoria e à prática. Ellin (1999) afirma que o pós-modernismo não resgata a história, as tradições e as culturas, e sim “reiventa-los”. A arquitetura perde sua identidade e torna-se um objeto de puro consumo, sem significados.

Ellin (1999) questiona a criação de comunidades fechadas, os sistemas de seguranças, a arquitetura defensiva e o urbanismo neotradicional que são defendidos como solução para dar uma maior sensação de proteção para as pessoas. Ela afirma que essas estratégias de “sensação de segurança” contribuem certamente para acentuar o medo e aumentar os problemas de desconfiança e de paranoia.

Entretanto, Ellin (1999) confirma que essa fuga ou *turning inward* somente serve para contribuir para os próprios problemas dos quais as pessoas estão escapando, provocando um vazio na esfera pública e criando um *horror vacui*. Ellin (1999) cita Foucault que intitula essa situação de “a morte do homem”.

Além disso, Ellin (1999) acredita que as fronteiras entre as diferentes culturas sociais estão se diluindo e agregando o que é ficção e o que não é ficção. As imagens alheias são inseridas em ambientes efetivamente reais, contribuindo para a fuga das representações mais próprias de uma meta-realidade.

De acordo com Ellin (1997), é possível falar sobre o medo ou uma insegurança tipicamente pós-moderna, pois o medo atual resulta em uma acelerada transformação social que se relaciona com a tecnologia e capacidade de controle.

O tema *Form follows fear* é abordado por Ellin (1997) e a insegurança é parodiada com o máximo funcionalismo. A sensação de desconfiança, a paranoia e a insegurança da população nas grandes cidades fazem com que surja uma nova forma de arquitetura, a arquitetura do medo. Através da arquitetura do medo criam-se espaços exclusivos que provocam a intimidação das áreas excludentes.

A busca pela segurança privada e as estratégias espaciais de segurança provocam alterações significativas nas relações sociais e nos espaços urbanos, intensificando a individualização. Os espaços sociais das ruas foram suprimidas gradativamente ao longo do tempo pelo movimento nas estradas.

Com o medo, as pessoas investem cada vez mais na segurança, ou melhor, na “sensação” de estarem protegidos, e, portanto, ignoram as questões sobre o crescimento da violência. As cidades são cada vez mais construídas como forma de proteção ao perigo, tornando-se uma mercadoria que corrói o espaço público.

Gitlin (*cit. in* Ellin, 1997) relata sobre a perda e o abandono da unidade do centro pelo pós-moderno e afirma que o pós-modernismo “is an art of erosion”.

Ellin (1997) destaca as comunidades fechadas, que se propagaram na pós segunda guerra mundial e que são cada vez mais controladas por sistemas de segurança sofisticado, rodeadas por muros ou por cinturões verdes com seguranças privativas. Essa obsessão pela segurança acaba fazendo com que os arquitetos transformem a arquitetura em uma “arquitetura defensiva”.

Ellin (1999) menciona diversos dispositivos de origem norte-americana “a prova dos mendigos”. Um exemplo é num parque de Los Angeles onde os bancos são em forma de barril e com aspersores à volta. Outras técnicas são também a combinação de aspersores com músicas altíssimas nos locais comerciais que funcionam 24 horas, para espantar os “intrusos”.

Como exemplo de uma arquitetura defensiva, Davis (1993) cita Frank Gehry, arquiteto de Los Angeles e ganhador do prêmio Pritzker, pela maneira que ele utiliza a arquitetura nos ambientes urbanos agressivos.

Segundo Davis (1993), a arquitetura de Gehry “busca um *design* introvertido e à feição de uma fortaleza”, destaca a repressão, a vigilância e a exclusividade caracterizada nos espaços fragmentados e paranóicos refletindo a mais pura agressividade contra atos vandálicos em Los Angeles. Davis (1993) afirma que a arquitetura agressiva representa a “virada de avesso” que a América tem sofrido diante da “segurança” e do lucro.

iv. A implosão da vida pública

Robert D. Putnan, professor de Harvard de assuntos governamentais internacionais, escreve uma crítica que intitula *Bowling Alone: America`s Declining Social Capital*.

Segundo Putnan (*cit .in* LeGates e Stout, 2003), devido à insegurança e à desconfiança das instituições políticas e sociais, o processo de individualismo tem se acentuado. Os americanos estão mais individualistas e menos propensos a se juntarem em grupos. As pessoas preferem jogar boliche sozinhos nas pistas e as equipes têm diminuído cerca de quarenta por cento.

O mesmo autor compara o número de jogadores de boliche com os eleitores nos Estados Unidos, chegando à conclusão que tem mais jogadores do que eleitores. Segundo Putnan (*cit.in* LeGates e Stout, 2003), “(...) o interesse por acontecimentos políticos e a devoção a causas públicas são o centro da virtude cívica.”

A reflexão de Putnan (*cit.in* LeGates e Stout, 2003) destaca-se na sociologia americana à medida em que o desaparecimento das equipes de boliche pode ser considerado uma metáfora para destacar o desaparecimento da convivência cívica.

O mesmo autor ainda alerta sobre o isolamento social dentro do círculo familiar em que as relações sociais de uns com os outros estão se reduzindo, marcado principalmente pela geração mais nova. Afirma também que é fundamental educar e conscientizar a

juventude com relação à responsabilidade de cidadania e adotar políticas mais flexíveis nos locais de trabalhos para a sociedade poder conciliar o trabalho com a família.

Entretanto, Oldenburg (*cit. in Larice e Macdonald, 2007*) descreve que os três lugares essenciais para a vida são os locais em que vivemos, onde trabalhamos e onde reunimos. O primeiro destaca o relacionamento com a família; o segundo destaca as relações profissionais e o terceiro, o encontro informal social.

Segundo Oldenburg (*cit. in Larice e Macdonald, 2007*), as cidades tradicionais, com a metropolização e aumento da violência, passam por um processo de desagregação. O modo de vida suburbano baseia-se no automóvel como meio de locomoção e isso faz com que os trajetos rápidos “rompem” com o convívio e com a socialização da comunidade, ou seja, com o terceiro lugar essencial para a vida.

À medida em que os espaços públicos são desprezados, a população sente a necessidade de interagir de uma maneira diferente e inovadora, sendo o individualismo a principal estratégia de fuga da cidade. Como exemplo pode-se destacar as comunidades virtuais que se encaixam perfeitamente no terceiro lugar. Essa tendência de formação de grupos sociais e de comunidades tende a ocorrer no mundo todo e o computador como é o principal intermediário.

Devido à falta e à “substituição” do terceiro lugar, Oldenburg (*cit. in Larice e Macdonald, 2007*) argumenta “(...) *the home entertainment industry thrives on the death of a informal social life*”. Além disso, a causa do declínio da vida social informal pode se relacionar com a televisão e ainda com outras formas de tecnologia. O mesmo autor argumenta que o empobrecimento da vida social informal tem causado a fragmentação da vida urbana na América, sendo o automóvel/subúrbio os que colaboram para o declínio da vida social.

Portanto, a rede cibernética pode ser considerada o renascimento do terceiro lugar reconfigurado no espaço à medida em que as pessoas conseguem estabelecer vínculos sociais de integração e comunidade global em um não-lugar, porém numa cultura bem

diversificada, sem preocupações, sem limites de tempo e espaço, um não-lugar totalmente heterogêneo sem vida social real.

4. ESTRATÉGIAS E CRÍTICAS PARA UM BOM PLANEJAMENTO

i. A des-utilização dos espaços públicos

A organização do espaço urbano varia conforme a sociedade a que pertence. Nas civilizações teocêntricas o espaço central era considerado o espaço sagrado muito bem delimitado, Deus acima de tudo. Era ao redor do espaço sagrado que se organizavam os espaços administrativos e das classes mais altas seguidos dos espaços voltados ao comércio e serviços. Ainda depois desses, localizava o resto. Esse padrão foi seguido por muito tempo nas cidades e, nota-se, portanto, que as cidades tradicionais abrigam em seu centro, um templo.

Conforme a burguesia foi tomando posição em relação à nobreza e ao clero, foram surgindo novas polarizações sociais e urbanas onde os centros das grandes cidades deixam de ser a catedral como principal, dando destaque à praça administrativa do poder político laico. Com a revolução industrial acontece o crescimento exponencial da cidade e esta se expande, provocando o esvaziamento do centro da cidade.

Os centros históricos em geral estão cada vez mais degradados e abandonados com o deslocamento da população para a periferia atraída para os condomínios fechados ou, no caso daqueles com menores situações financeiras, para as habitações sociais. Portanto, os espaços urbanos perdem cada vez mais suas funções de compartilhar, assistindo a um movimento de recolha ao individualismo.

Para o melhor entendimento sobre as cidades contemporâneas, serão relacionada as reflexões de Jane Jacobs (2000) e de Jan Gehl (1987).

Já nos anos 50, Jacobs (2000) procura analisar os espaços urbanos das grandes cidades norte-americanas e afirma, “As cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano.” Para Jacobs (2000), é nesse laboratório que o planejamento urbano deveria aprender a testar suas teorias,

sendo que muitos especialistas ignoram o estudo da realidade, dos fracassos e dos sucessos tentando convencer a população que grandes áreas cobertas de gramado resolvem muito o problema da cidade.

Jacobs (2000) critica também os urbanistas e projetistas que acreditam solucionar os problemas dentro das cidades solucionando o trânsito. Ela afirma que é preciso ver que além disso existem preocupações econômicas e sociais muito mais complicada, e que para solucionar o problema de trânsito é necessário conhecer primeiro o funcionamento da cidade e do que ela precisa.

Jacobs (2000) critica as ideias modernistas, mais especificamente Ebenezer Howard e Le Corbusier, contribuindo para esclarecer umas séries de “verdades” que eram consideradas intocáveis. Jacobs (2000) reflete sobre Ebenezer Howard, o repórter britânico cujo passatempo era o urbanismo. Para ele, ao analisar a vida dos pobres em Londres no fim do século XIX, a salvação das pessoas era acabar com as cidades, pois considerava algo contra a natureza a população precisar de viver aglomerada.

Le Corbusier, arquiteto europeu, planeja nos anos 20 uma cidade imaginária denominada Ville Radieuse, composta por arranha céus dentro de um grande parque, onde 95% do solo permanecia livre e o fluxo de pessoas e dos automóveis era em níveis diferentes. Le Corbusier, além de planejar um ambiente físico, planeava uma utopia social, onde encontrava a solução da cidade na “Cidade-Jardim Vertical”.

No entanto, Jacobs (2000) criticava essa ideologia modernista em favor de grandes áreas verdes e edifícios isolados, além dos usos funcionais serem segregados e o fluxo de pessoas e automóveis ser diferenciado.

Segundo Jacobs (2000, p.20), a ideologia modernista era equivocada porque defendia:

“...a rua é um lugar ruim para os seres humanos; as casas devem estar afastadas dela e voltadas para dentro, para uma área verde cercada. Ruas numerosas são um desperdício e só beneficiam os especuladores imobiliários, que determinam o valor pela metragem da testada do terreno. A unidade básica do traçado não é a rua, mas a quadra, mais particularmente a super quadra. O comércio deve ser separado das residências e das áreas verdes”.

De fato, Jacobs (2000, p.104) tem um argumento forte em relação aos parques que destrói alguns mitos sobre a Cidade-Jardim,

Espera-se muito dos parques urbanos. Longe de transformar qualquer virtude inerente ao entorno, longe de promover as vizinhanças automaticamente, os próprios parques de bairro é que são direta e drasticamente afectados pela maneira como a vizinhança neles interfere.

Segundo Jacobs (2000), somente a presença do parque não significava nada para o meio urbano, pois o parque em si não garante a vitalidade para seu entorno. Deve-se ter certos critérios para adicionar às áreas verdes no espaço urbano, sendo impossível a valorização de bairro sem o uso de critério algum.

Ao analisar a vivência da via urbana, Jacobs (2000) defende o uso das ruas e das calçadas sendo que ambos podem ter muitas outras finalidades para além da circulação e do funcionamento das cidades. Segundo a autora, um bom funcionamento das ruas e das calçadas é essencial para promover maior segurança, pois quando a sociedade teme as ruas, elas se esvaziam e tornam-se mais inseguras ainda; portanto, solução para isso, certamente não é dispersar a população para os subúrbios.

Jacobs (2000, p. 32) afirma que se a dispersão da população para os subúrbios solucionasse os problemas de segurança nas ruas, certamente Los Angeles, sendo quase um subúrbio, deveria ser uma cidade segura, o que não é. De acordo com Jacobs (2000, p.33), “Reduzir o adensamento de uma cidade não garante a segurança contra o crime nem previne o temor do crime”.

A autora defende que ruas movimentadas conseguem garantir maior segurança do que as ruas desertas, mas para que isso aconteça é necessário que exista uma nítida separação do espaço público e privado e que existam olhos atentos para a rua para controlar o comportamento das pessoas. O comércio variado, as pessoas que usufruem espontaneamente do local e os próprios moradores, todos, inconscientemente policiam as ruas, promovendo maior segurança para o local.

Conforme Jacobs (2000) afirma:

Desde que a rua esteja bem preparada para lidar com estranhos, desde que possua uma demarcação boa e eficaz de áreas privadas e públicas e um suprimento básico de atividades e olhos, quanto mais estranhos houver, mais divertida ela será.

Para muitas pessoas, a presença de estranhos é algo ameaçador, pois existem certos locais como ruas cegas e desertas que transmitem medo, mas segundo a autora, são locais que ainda não estão preparados para lidar com estranhos de uma forma harmoniosa. A autora argumenta a maneira como as pessoas lidam com a insegurança, deixando o perigo tomar conta do todo, refugiando-se nos automóveis nos subúrbios, e muitas vezes dentro dos muros altos. Jacobs (2000, p.49) afirma: “É esquisito ver um bairro, numa cidade com população civil, murado desse jeito. Não é apenas feio, na acepção da palavra, mas surrealista.”

No entanto, Jacobs (2000, p.78) cita mais uma vez Los Angeles como exemplo de uma vida pública escassa que depende principalmente de uma vida social mais privada. Se os cidadãos derem as costas para cidade, esta ficará sem defesa alguma, mas atualmente nota-se que os moradores preferem viver em total isolamento com os outros, colocando todos os tipos de barreiras para garantir a segurança social. A mesma autora argumenta sobre a existência de passeios públicos sem funções, que surgem do nada e não levam a nenhum lugar, e também sobre as áreas livres sem nenhuma função, servindo somente para facilitar os assaltos.

Aprofundando mais ainda o tema da utilização do espaço público são de destacar as reflexões de Jan Gehl.

Segundo Gehl (*cit.in* Larice e Macdonald, 2007), um bom planejamento do espaço pode por si só proporcionar a vitalidade para a população, garantindo sua segurança. O autor se direciona sobre o processo social e de integração a partir da importância do espaço e seu uso. Gehl (*cit.in* Larice e Macdonald, 2007) afirma que não se pode pensar no espaço público sem seus utilizadores, pois ambos estão intimamente relacionados.

De acordo com Gehl (*cit.in* Larice e Macdonald, 2007), existem três tipos de atividades que podem ocorrer no espaço público. As atividades necessárias (andar, trabalhar e falar), as opcionais (passeios, lazer) e as sociais (interação espontânea de várias pessoas

num mesmo local). Segundo Gehl (*cit.in* Larice e Macdonald, 2007), as características do espaço, tanto físicas como funcionais, podem influenciar o comportamento social dos indivíduos e a vivência dos espaços públicos. Um exemplo dado é a quantidade de tráfego em um certo local que acaba por diminuir as atividades naquela área. Devido ao aumento do tráfego dos automóveis, os espaços públicos perdem suas qualidades e a relação dos cidadãos com o espaço público perdem força. Entretanto, Jacobs (2000), já nos anos 50, intitulava este fenômeno de “a erosão das cidades pelos automóveis”.

Essas teorias, por mais que sejam analisadas e refletidas na vida dos norte-americanos, podem se enquadrar perfeitamente nas cidades brasileiras, onde a sociedade teme o perigo nas ruas e dão costas às cidades. Os parques cada vez mais desertos e sem utilidade tornam-se locais de passagens rápidas, além dos centros tornarem-se degradados e abandonados.

As cidades perdem cada vez mais seu papel de integração e de cidadania, seus núcleos estão a morrer e os espaços comuns perdem cada vez mais suas funções. Neste momento acaba sendo contraditório falar no conceito de cidadania, estando este em crise, pois se nota um grande movimento de recolha ao individualismo e ao abandono dos espaços públicos.

ii. Estratégias urbanas

Diante do processo de degradação da vida urbana, da deterioração dos centros urbanos, do abandono dos espaços públicos, e da busca de um refúgio pela sociedade contemporânea, alguns especialistas refletem sobre diversas estratégias para conseguir melhorar o planejamento urbano.

Serão analisados três autores que colaboram para melhorar o planejamento urbano das cidades contemporâneas, Jane Jacobs (2000), David Sucher (2003), e Allan Jacobs e Appleyard (1987).

Já nos anos 50, época em que os centros das cidades se esvaziavam e a classe média se deslocava para os subúrbios, Jacobs (2000) escreve o livro “Morte e Vida nas Grandes Cidades” que é lançado em 1961. É feita uma crítica às práticas de renovação do espaço

público dos anos 50 nos Estados Unidos buscando identificar os quotidianos das grandes cidades. Depois de quase meio século mais tarde a análise de Jacobs (2000) ainda permanece atual, causando grande impacto na consciência dos leitores.

Segundo Jacobs (2000), “a Grande praga da Monotonia” destrói a vida urbana e por isso devem ser tomadas algumas medidas para criar um planejamento urbano bem sucedido. De acordo com Jacobs (2000, p. 165), quatro estratégias de planejamento são definidas e, segundo a autora, são indispensáveis para gerar uma diversidade urbana e consequentemente a vitalidade nas cidades.

1- O distrito, e sem dúvida o maior número de seguimentos que o compõem, deve atender a mais de uma função principal, de preferência, a mais de duas. Estas devem garantir a presença de pessoas que saiam de casa em horários diferentes e estejam nos lugares por motivos diferentes, mas sejam capazes de utilizar boa parte da infra-estrutura.

2 - A maioria das quadras deve ser curtas; ou seja, as ruas e as oportunidades de virar esquinas devem ser frequentes (...) Ruas frequentes e quadras curtas são valiosos por propiciar uma rede de usos combinados e complexos, as quadras longas, se isolam entre os usuários dos bairros.

3 - O distrito deve ter uma combinação de edifícios com idades e estados variados, e incluir boa porcentagem de prédios antigos, de modo a gerar rendimento econômico variado. Essa mistura deve ser bem compacta.

4 - O distrito precisa ter uma concentração suficientemente alta de pessoas, sejam quais forem seus propósitos. Isso inclui pessoas cujo propósito é morar lá.

Portanto, na visão de Jacobs (2000), se isolar qualquer um desses usos será gerado uma diversidade urbana ineficiente.

Um capítulo intitulado *Getting Around* é escrito por Sucher que destaca algumas diretrizes usadas no espaço público para obter um melhor conforto nas cidades.

Segundo Sucher (*cit.in* Larice e Macdonald, 2007), é necessário ter em conta duas perspectivas em relação ao espaço urbano, o automóvel e os pedestres. Desse modo ele procura encontrar algumas alternativas de desenhos urbanos para minimizar os espaços utilizados pelos automóveis e suas velocidades, proporcionando mais espaços físicos para os pedestres.

Segundo Sucher (*cit. in* Larice e Macdonald, 2007), “*Its goal is not to make driving impossible but to slow it down within cities to a more human space.*” Entretanto, a seguir serão apontadas algumas metas urbanas que tornarão a cidade mais confortável.

O alargamento das esquinas das quadras, por meio de “bolsas”, onde tenha atravessamento pedonal, torna os passeios mais largos, confortáveis para os pedestres, reduz as distâncias para o atravessamento da rua além de deixar que as pessoas se tornem mais visíveis para os condutores dos automóveis.

É importante que as ruas tenham continuidade, evitando as ruas sem saídas. Assim, um sistema de grelhas permite uma hierarquia nas ruas com diferentes variedades de tráfegos. Construir quadras curtas significa ter mais intersecções, ou seja, mais locais que os carros são obrigados a parar, mais oportunidades para os pedestres atravessarem a rua além do passeio parecer mais rápido e mais dinâmico.

Criar passagens alternativas para o pedestre independente das ruas, como por exemplo conectar duas ruas sem saídas ou duas ruas paralelas. A ideia é criar espaços onde os carros não possam ir, proporcionar espaços de transição mais tranquilos, sem que as crianças tenham que passar pelas ruas movimentadas por automóveis. Interromper algumas ruas e criar “calçadões” para a passagem somente dos peões e para emergências como ambulâncias e bombeiros. Misturar os acessos de automóveis e de peões aumentando os “olhos” nas ruas fazendo com que os pedestres não se sintam tão sozinhos e os espaços tornem-se mais sustentáveis.

Diminuir o raio da manobra. Isto faz com que o condutor diminua a velocidade, ao virar a esquina e permite que os peões se aproximem mais do outro lado da rua, diminuindo a distância do percurso.

Diminuir o tráfego das ruas a partir de formas circulares. Uma área circular entre as intersecções das ruas obriga o condutor a diminuir a velocidade, proporcionando um espaço mais calmo e tranqüilo, como muitos condutores abominam o fato de precisarem diminuir a velocidade, acabam por optar por outras ruas de acesso, o que faz com que se diminua o fluxo de automóveis nessa área, tornando-a um espaço mais agradável.

Considerar o uso das rotundas, pois estas não servem somente para diminuir a velocidade dos automóveis, mas para também permitir que os condutores passem pelas intersecções das ruas sem ter que parar.

Ao elevar a passagem de atravessamento dos pedestres, estes tornam-se mais visíveis para os condutores dos automóveis, obrigando-os a diminuir a velocidade e evitando transtornos nos atravessamentos.

Quando os automóveis e os pedestres participam do mesmo espaço é necessário, em certas situações, criar algumas curvas. As ruas devem ser mais curtas para que os condutores tenham que fazer curvas frequentemente e, portanto que diminuir a velocidade.

Fazer com que as ruas tornem-se *boulevard*, proporcionando maior conforto tanto para os carros como para os pedestres. Isso faz com que deixe de existir uma passagem rápida nos percursos e proporciona um conforto do local de saída até a chegada no local pretendido.

Plantar filas de árvores ao longo das vias. Os condutores diante de grandes árvores obtém mais conforto podendo então diminuir a velocidade. Além disso as árvores servem de limite de proteção para os pedestres além do conforto térmico.

Plantar árvores nos estacionamentos. Existem espaços pequenos em que os carros não cabem, mas que uma árvore poderia nascer. É interessante a criação de atalhos dentro dos estacionamentos com o uso de árvores ou caminhos da água. Sucher (*cit.in* Larice e Macdonald, 2007) dá como exemplo uma faixa com elementos naturais em diagonal, pois além de as pessoas sempre procurarem os espaços mais curtos, o estacionamento transforma-se num espaço muito mais aconchegante.

Segundo Sucher (*cit.in* Larice e Macdonald, 2007), é de se destacar a importância do alargamento, da permeabilidade e da existência de árvores nas calçadas. O mesmo autor é a favor de estacionamentos coletivo que liberem os espaços em frente aos edifícios e de incentivo aos transportes públicos; considera importante a reorganização e adaptação

dos desenhos do espaço urbano e a retirada das barreiras físicas fornecendo acessibilidade para todos os cidadãos.

Estas diretrizes, segundo Sucher (*cit.in* Larice e Macdonald, 2007), influenciará o comportamento dos condutores e dos peões, fazendo com que ambos se respeitem e proporcione uma cidade mais aconchegante.

No entanto, Lynch (1999), em seu livro “A boa forma da cidade”, destaca a importância da estrutura do desenho urbano na construção da cidade moderna que, dependendo de sua forma, o espaço público pode proporcionar uma intensa vida urbana desde que contenha “vitalidade”; “sensação”; “adequação”; “acesso” e “controle”.

Porém, Jacobs e Appleyard (*cit. in* LeGates e Stout, 2003) referem-se a estes conceitos no manifesto sobre o desenho urbano que marcam a mudança entre os ideais modernos e os novos modelos de cidade com a tentativa de reabilitar a cidade tradicional.

Os autores relacionam a “Carta de Atenas” e a “Cidade-Jardim” e argumentam que ambos movimentos obtêm caminho para os ambientes urbanos criando algumas ideias em comum: A super-quadra, a separação das passagens entre automóveis e pessoas, a negação das ruas pelas casas e a propriedade de terras em comum.

Em relação aos ideais modernistas, o modelo urbanístico justificado na “Carta de Atenas” reflete uma nova vida social que acreditava que a determinação do comportamento e a mudança da mentalidade das pessoas seriam determinados pela conformação dos espaços

Em ambos os movimentos, “Carta de Atenas e a Cidade-Jardim”, os edifícios são voltados para dentro, sendo grandes ou pequenos, e tendem a ser “ilhados”. De acordo com Jacobs e Appleyard (*cit. in* LeGates e Stout, 2003), “*Diversity, spontaneity, and surprise are absent, at least for the people on foot*”.

No entanto, Portas (*cit. in* Serdoura e Silva, 2006) explica sobre a cidade tradicional:

Entenda-se cidade tradicional, onde os edifícios não devem continuar a ser entendidos como o “positivo” colocado sobre um espaço livre (negativo), mas antes onde o espaço exterior público (ruas e praças) volta a ter um papel ordenador e não de sobranje, amorfo e insignificante.

Jacobs e Appleyard (*cit. in* LeGates e Stout, 2003) relatam sobre os dois movimentos (Carta de Atenas e a Cidade-Jardim) se aproximando dos estudos da vida urbana atual e citam alguns dos problemas do desenho urbano moderno. Segundo os autores, os espaços públicos perdem cada vez mais suas riquezas. As novas tendências de privatização dos espaços públicos, do individualismo exacerbado, da dispersão dos automóveis, da violência, acabam por dar uma nova forma à cidade: o abandono do centro, a fragmentação da cidade, o processo de *placelessness*. As cidades tornam-se cada vez mais símbolos de desigualdades e injustiças.

Jacobs e Appleyard (*cit. in* LeGates e Stout, 2003) descrevem as cidades contemporâneas em relação às privatizações e ao enfraquecimento dos espaços públicos.

Have become privatized, partly because of the consumer society's emphasis on the individual and the private sector ... but escalated greatly by the spread of the automobile. Crime in the streets is both a cause and a consequence of this trend, which has resulted in a new form of city: one of closed, defended islands which blank and windowless facades surrounded by wastelands of parking lots and fast-moving traffic. As public transit systems have declined, the number of places in American cities where people of different social groups actually meet each other has dwindled. The public environment of many American cities has become an empty desert, leaving public life dependent for its survival solely on planned formal occasions, mostly in protected internal locations... Fear has led social groups to flee from most people. It is little surprise that most withdraw from community involvement to enjoy own private and limited worlds.

Jacobs e Appleyard (*cit. in* LeGates e Stout, 2003) enunciam sete objetivos para a construção de espaços públicos de qualidade: a vivência; a identidade e o controle; o acesso a oportunidades, imaginação e distração; a autenticidade e significado; a vida pública e comunitária; a auto-confiança urbana e o bom ambiente para todos.

A vivência nas ruas e nas vizinhanças. O ambiente deve ser um espaço onde as pessoas possam viver em conforto, um espaço onde as crianças possam participar e todos possam descansar, sem perigo, sem sujeira, sem barulho e outros incômodos. As

As pessoas devem sentir o meio ambiente como algo que lhes pertence, é necessário que as pessoas se envolvam e criem afeto pelo ambiente, um enraizamento, uma identidade própria e obtenham um melhor senso de comunidade. As pessoas devem ter acessos a uma cidade mais imaginária, fantasiosa, onde se sintam bem. As pessoas precisam ter um escape da seriedade da cidade e o encontro de algo diferente, utópico. Portanto, na cidade deveria existir lugares mágicos, de lazer, que encantem, confortem a sociedade e integrem as atividades da sociedade.

A cidade deve ser autêntica, onde as origens das coisas e dos lugares são claramente visíveis, deve simbolizar as questões morais da sociedade. A cidade deve apresentar sua história bem legível para um bom entendimento da sociedade.

iii. O *New urbanism*

Na tentativa de solucionar os problemas da expansão suburbana nasce o movimento *New Urbanism*, que segundo o arquiteto Lara (2001) é “genericamente definido como movimento contrário ao subúrbio norte-americano”. O *New Urbanism* defende o aumento da densidade populacional, permitindo diferentes tipos de uso do solo nas mesmas regiões. Defende que somente assim acontecerá a diminuição da dependência dos automóveis e da degradação do meio ambiente além de promover o aumento da interação das comunidades. Nos anos 90 ocorre um crescente aumento dos grupos que apoiam “*Congress of Urbanism*”.

Segundo Lara (2001), “Nem tudo são flores na prática do *New Urbanism*”, pois na aplicação prática dos princípios advogados por esse movimento observa-se um largo número de condomínios fechados, de gentrificação, de conservadorismo estilístico, de homogeneidade e uma imagem geral de intolerância. Porém, Sorkin (*cit. in* Lara, 2001), na abertura do Simpósio do *New Urbanism*, destaca que os *new urbanists* deveriam repensar sobre a diversidade da população e revisar suas propostas para atingir a população em geral e não somente a classe média branca norte-americana. Marcuse concorda com Sorkin e ainda reflete sobre os principais pontos fracos do *New Urbanism*.

Segundo Marcuse (*cit. in* Lara, 2001), o *New Urbanism*, além de atingir somente a população mais privilegiada, exclui aqueles que mais sofrem com os problemas urbanos; além disso esta nova forma de urbanizar não oferece nenhuma solução para os problemas urbanos já existentes, tendo somente a preocupação com os novos empreendimentos. Marcuse (*cit. in* Lara, 2001) também destaca que o *New Urbanism* ignora que as cidades são predominantemente dominadas pela discriminação, pelo racismo, pela intolerância e por tudo que seja diferente.

Sorkin (*cit. in* Lara, 2001) destaca que não é por acaso que o *New Urbanism* se associa com a gentrificação, com a homogeneidade e com os condomínios fechados. O filme “Show de Truman” é um exemplo disso. O filme é narrado em Seaside onde na realidade ocorreu a primeira experiência *New urbanista*. O filme é uma crítica à vida moderna, ao poder da manipulação dos meios de comunicação, da mídia sobre a sociedade a um mundo estruturado artificialmente que ocorre dentro de um condomínio fechado. A sociedade vive da aparência, a vida é um cenário onde todos tentam “encenar” da melhor forma possível.

III. ESTUDO DE CASO RIBEIRÃO PRETO

1. INTRODUÇÃO

i. Histórico e Evolução Urbana de Ribeirão Preto

1. Ribeirão Preto localiza-se na região nordeste do Estado de São Paulo (Figura 2). Fundada em 1856, possui uma área de unidade territorial de 650Km², um alto índice de urbanização (99.57%) e uma população total de 558.136 habitantes, segundo o IBGE, (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008). De acordo com a PMRP (Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto), o município apresenta um elevado padrão de vida (renda, consumo e longevidade) e bons indicadores sociais (saúde, educação e saneamento).



Figura 2 – localização de Ribeirão Preto
Fonte: Desciclopédia

De acordo com a PMRP, em meados do século XIX, o antigo povoado de Ribeirão Bonito, em cujas terras se desenvolveu o atual município de Ribeirão Preto, foi ocupado por fazendas de criação de gado. Com o crescimento da população é construída uma capela na região, e, João Mateus dos Reis quem doa as primeiras terras para a formação do futuro patrimônio da Capela. Além dessa doação muitas outras foram feitas para ampliar o patrimônio das terras da Capela.

Portanto, em 19 de Junho de 1856 Ribeirão Preto é fundada pelos núcleos de fazendeiros de criação de gado. No mesmo ano de sua fundação, Manuel Fernandes do

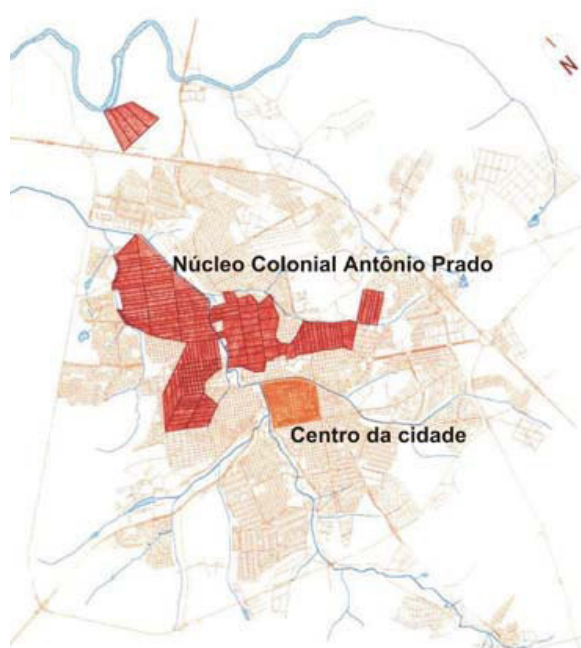
Nascimento, trabalhador da paróquia, desenha as primeiras ruas, alinhando-as de forma regular semelhante a um xadrez.

Com o fim da construção da capela, em 1868, cria-se a Freguesia de Ribeirão Preto, iniciando seu desenvolvimento administrativo. Essa região com autonomia política e obtenção de terras férteis, provoca a atração de muitas famílias, expandindo a agricultura e o comércio.

Em 1876 o café “bourbon” é introduzido na região e sua perfeita adaptação ao solo faz com que as lavouras de café se transformem em grandes cafezais. Em 1879, o nome da região é alterado para Entre Rios e em 1881 muda-se para o atual nome, Ribeirão Preto.

De acordo com a arquiteta Silva (2004), a chegada dos trilhos da companhia Mogiana de Estradas de Ferro na região proporcionou outro grande impulso para a expansão da cidade de onde, por meio da estrada de ferro, toneladas de café eram exportadas para Santos e depois para a Europa. Foi neste período que houve a construção das primeiras obras de infra-estrutura e dos palacetes da arquitetura eclética para a elite local. A expansão da cultura cafeeira se expande e a população praticamente se duplica, sendo que em pleno período cafeeiro a formação da área central já estava concluída tendo a mesma delimitação da atualidade. A área central sofre expansão e ocupa áreas além das barreiras físicas naturais.

Conforme Silva (2004) afirma, com o objetivo de atrair imigrantes para o trabalho nas lavouras de café, em 1887 é implementado o primeiro projeto de parcelamento do solo do município denominado “Núcleo Colonial Antônio Prado (Figura3). Silva (2004) também afirma que nesse ano ocorreu a primeira expansão urbana em Ribeirão Preto, que mais tarde deu origem a dois dos mais populosos bairros: Ipiranga e Campos Elíseos. Nessa região existe uma importante área histórica que abriga a história das famílias imigrantes.



**Figura 3 – Núcleo urbano principal Rib. Preto e núcleo colonial Antônio Prado em 1887 sobrepostos à malha urbana atual.
Fonte: APHRP**

A produção de café acabou por ser responsável pela remodelação urbanística, pela viabilização das indústrias e também pela inserção de Ribeirão Preto no cenário mundial. Segundo Silva (2004), no fim do século XIX, seguindo o chamado “urbanismo sanitaria”, as cidades deveriam ser “saneadas e embelezadas” e todos os focos de doenças deveriam ser afastados do contato com a população.

Portanto, Silva (2004) afirma que antes da virada do século, Ribeirão Preto já continha a Sociedade Beneficente Santa Casa de Misericórdia (Figura 4), Asilo dos inválidos, Hospital de isolamento, cemitério de leprosos entre outros.



Figura 4 – Santa Casa de Misericórdia, 1896

Fonte: APHRP

Todos estes empreendimentos foram construídos fora do patrimônio da Matriz e distantes das moradias da elite. Além disso a mesma Silva (2004) afirma que a cidade passou por um processo de embelezamento, uma verdadeira remodelação arquitetônica, na qual os mestres de obras italianos assinavam os pedidos de licenças para as construções.

Antes da Primeira Guerra Mundial os eixos dos comércios já estavam bem definidos (Figura 5).

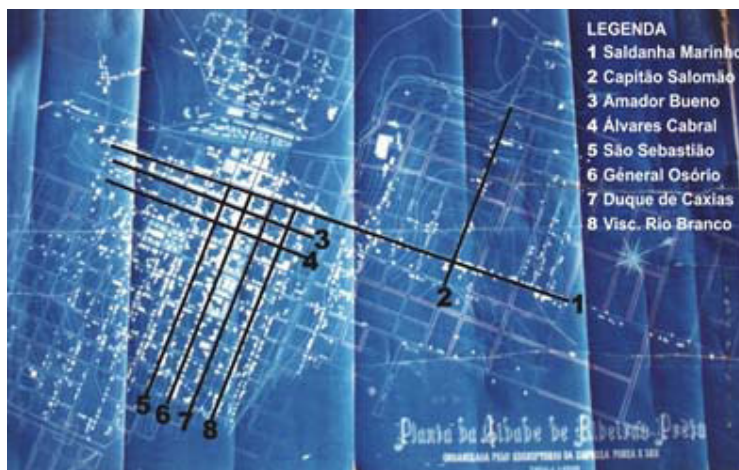


Figura 5 – Eixos de comércio em Ribeirão Preto em 1910
(Planta de Ribeirão Preto em 1910, elaborada pela Empresa Força e Luz)

Fonte: APHRP

De acordo com Silva (2004), ao longo da Rua General Osório até a Mojiana acontecia a concentração dos edifícios de apoio à ferrovia que surgiam como bares, restaurantes,

hotéis e pensões. Na década de 1920, Ribeirão Preto estava no auge do desenvolvimento econômico e urbano e se destaca na área central o Teatro Pedro II, inaugurado em plena crise de 1929 (Figura 6).



Figura 6 – Teatro Pedro II
Fonte: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Com a quebra da bolsa de Nova York, em 1929, o café entra em declínio e para evitar a falência da economia, surgem como novas alternativas a pecuária e a policultura. O mercado imobiliário torna-se um gerador de bastante renda, principalmente na época da crise das exportações.

Entretanto, chácaras e fazendas que se localizavam no Núcleo Colonial Antônio Prado foram dando origem a loteamentos e novos bairros como Campos Elíseos, Ipiranga e Vila Virgínia. A concentração da elite teve ocupação na parte mais alta que mais tarde configuraria a Higienópolis.

De acordo com Silva (2004), o Ipiranga era conhecido como “Barracão” por abrigar a estação Mojiana e o barracão onde os imigrantes desembarcavam e ficavam à espera da designação dos lotes pelo responsável do núcleo ou eram encaminhados para alguma fazenda. O bairro Campos Elíseos foi beneficiado devido à proximidade com o núcleo urbano principal, sendo que logo nos primeiros anos foi ocupado por pequenas chácaras. O núcleo teve um grande progresso e aumento da população além da intensificação das atividades urbanas, incorporadas em 1893.



**Figura 7 – Família Giroto em frente à casa construída em 1900
(Acervo Sônia Giroto)**



**Figura 8 – Ribeirão Preto em 1935
Fonte: APHRP**

Na década de 40, conforme Silva (2004) afirma, a configuração urbana passa por modificações devido ao deslocamento das pessoas do campo para a cidade, dando início a inúmeros loteamentos. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o incentivo das leis

municipais em 1947, que facilitavam a aquisição da casa própria pelos trabalhadores, as construções multiplicaram-se.

Silva (2004) afirma que, se antes, entre 1930 e 1946, havia apenas cinco loteamentos aprovados pela prefeitura, três anos mais tarde esse número aumentou consideravelmente, principalmente sentido Norte-Sul.

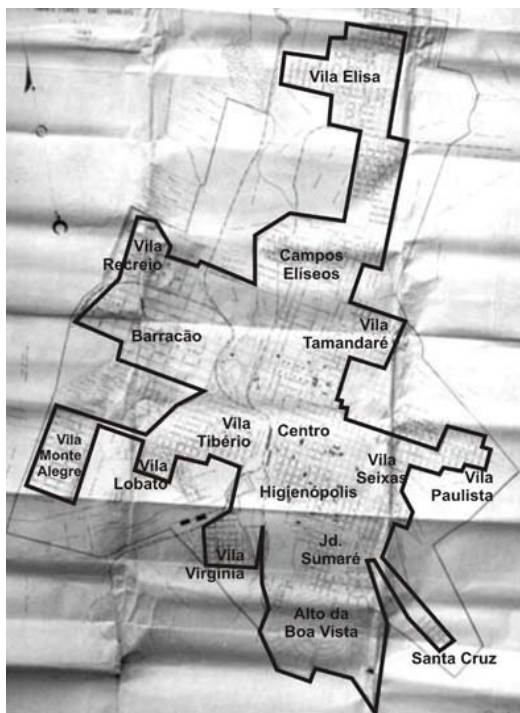


Figura 9 – Área urbana de Ribeirão Preto em 1949
Fonte: APHRP

Porém, Silva (2004) relata que a falta de infra-estrutura ou de um plano de ordenamento do solo acompanhou o crescimento do município e com isso Ribeirão Preto teve um crescimento urbano desordenado e segregado.

Entre os anos de 1950 a 1970, de acordo com Silva (2004), o crescimento econômico e a modernização industrial provocaram grandes mudanças no espaço urbano, acarretando a ampliação da rede viária no sentido Sul. É nessa época que surge o chamado “Movimento Moderno”.

De acordo com Malard (2003):

O Movimento Moderno traz a modernidade à arquitetura e urbanismo, formulando um novo estatuto da forma de edifícios e cidades, no qual tenta unificar a arte, a funcionalidade e a técnica - o fruir, o usufruir e o construir - em atendimento às demandas sociais.

Entretanto, a partir do surgimento do “Movimento Moderno” ocorre a criação dos primeiros bairros planejados com arquitetura modernas, o processo de verticalização do Quadrilátero Central e, no sentido oposto, em direção ao norte, nota-se a expansão dos loteamentos populares.

De acordo com Dizeró (2006), no fim da década de 70 surgem os condomínios fechados: Villa Verde, Quinta da Alvorada e Quinta da Boa Vista, além dos loteamentos: Jardim Canadá, City Ribeirão e Parque Tanquinho. Na década de 80 a cana-de-açúcar torna-se o principal fator da movimentação da economia de região, proporcionando uma alta qualidade de vida para a população e uma alta renda *per capita* do município.

É nesse período que o município recebe o nome de *Califórnia Brasileira*, denominação que o jornalista Roberto Kocho deu à região de Ribeirão Preto ao analisar os aspectos agrícolas, industriais e a variedade econômica dos municípios, que atualmente tem uma contribuição em torno de 8,5% do PIB (Produto Interno Bruto) do Estado, atraindo uma grande massa de trabalhadores não especializados, para o corte de cana, sobretudo do Nordeste.

Porém, Silva (2004) afirma que, devido à mecanização do campo e a algumas oscilações na economia, os empregos foram afetados, elevando o número de desempregados e o número de favelas, cortiços e moradias irregulares. Nessa mesma época, a cidade se expande para a Zona Norte com várias construções de habitações sociais que mesmo assim não acompanham o crescimento populacional, modificando a forma da cidade já existente. Num século de crescimento urbano, nota-se em Ribeirão Preto os efeitos da ausência de um planejamento.

De acordo com Silva (2004), a cidade passou a conviver com problemas urbanos típicos das grandes metrópoles:

(...) especulação imobiliária, fragmentação do tecido urbano, multiplicação de favelas, ocupações irregulares de áreas de proteção ambiental, descaso com o patrimônio histórico, confinamento da classe média em condomínios fechados e o abandono do espaço urbano, que é substituído pelo *shopping center*, templo do consumo pós-moderno.

A classe média e alta, em pleno consumo pós-moderno, desprezam cada vez mais os espaços públicos e refugiam-se em condomínios fechados e *Shopping Center*.

Conforme Silva (2004) afirma, em 1981 a zona Sul é escolhida para a localização do primeiro *Shopping Center* de Ribeirão Preto. Esse empreendimento provoca uma super valorização da área que se estende da parte alta do centro da cidade e se prolonga para além do *Shopping Center* no sentido de Bonfim Paulista. Nos últimos anos, nota-se que a descentralização dos serviços tem causado o fenômeno urbano de esvaziamento do centro da cidade. Os equipamentos de lazer, educação e serviços deslocam-se para os bairros mais ricos. Com a ausência de um plano diretor para regulamentar o uso do solo, os investimentos públicos não acompanham a expansão urbana, acentuando a desigualdade social-espacial.

Devido ao progresso no período cafeeiro, de acordo com Silva (2004), Ribeirão Preto obtém acessos facilitados e boa infra-estrutura de transportes. Ribeirão é referência como polo de educação e mão de obra qualificada, possui a Universidade Pública de São Paulo (USP) que é considerada um dos principais Centros Universitários e de pesquisa do País. Existem no município algumas Faculdades particulares, como a FAAP, UNAERP, MAUÁ, UNICOC, FABAN, MOURA LACERDA, entre outros.

De acordo com a Prefeitura de Ribeirão Preto, com uma elevada qualidade de vida e um grande dinamismo econômico, o município é área de influência de outras regiões do estado de São Paulo e de outros estados. O município é considerado uma das principais regiões agrícolas do Estado. Devido à ótima qualidade do solo, a chamada *terra roxa*, e do clima tropical, a região obtém uma elevada produção de variedades de cultura. Segundo fundação SEADE, a região lidera a produção mundial de cana-de-açúcar, açúcar e álcool, tendo destaque na produção de amendoim, lavouras de laranja e fruticultura em geral.

Gottdiener (1996) analisa o valor da terra sob dois aspectos: fator econômico e recurso social. A terra como fator econômico é apresentada como forma de capital, e como recurso social é a terra propriamente dita, atendendo sua função. No entanto, o uso do solo que antes apresentava predominância na produção agrícola, e seu valor era definido em função de sua fertilidade, agora passa a ser considerado urbano e o valor do solo é dado pelo mercado imobiliário de acordo com sua localização.

Bonfim Paulista, zona sul de Ribeirão Preto, tem a sua localização privilegiada e acaba por ser o principal vetor de crescimento urbano do Município. Esse crescimento urbano voltado à zona sul destina-se somente a uma determinada classe social, a elite, e a um único fenômeno, o condomínio fechado exclusivamente residencial. A grande preocupação é que o acelerado parcelamento do solo apresentando alto valor imobiliário que está ocorrendo de uma forma desregulada, resulte numa segregação sócio espacial.

Segundo Silva (2004), na última década o eixo rodoviário que liga Ribeirão Preto a Bonfim Paulista é onde prolifera os loteamentos mais valorizados. Utiliza-se apelos de publicidade que atraem a população pela busca da tranquilidade, segurança, lazer e áreas verdes junto com locais de fáceis acessos. Esses loteamentos, cercados por muros altos, constituem o tipo mais desejável de moradias para as classes altas, consideradas residências de prestígio onde podem obter segurança, equipamentos de uso coletivos e serviços. Conforme afirma Caldeira (2000), em geral, a principal justificativa para a busca desse tipo de moradia é o medo do crime violento.

Na figura 10 observa-se a evolução do território de Ribeirão Preto desde o ano 1910 até 2009.

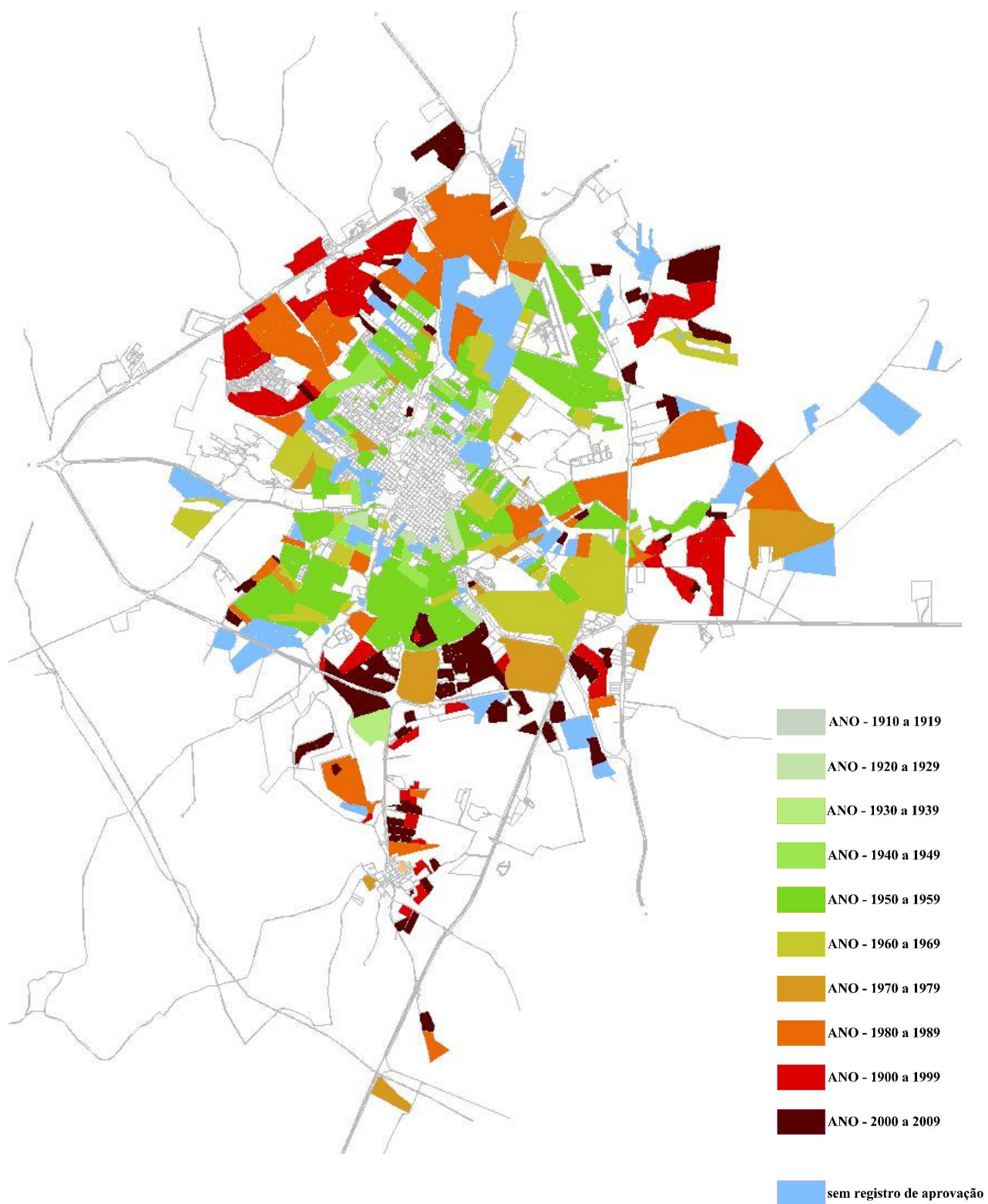


Figura 10 – Mapa Viário Geral da Cidade e Distrito com divisas de Parcelamento
Fonte: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto Adaptada pelo autor

ii. Diferenças de classe e as estratégias de separação.

Segundo o Estatuto da Cidade (2001), a acelerada urbanização e o crescimento da população do Brasil coincidiram com o fim de um período de acelerada expansão da economia brasileira. No século XX introduziu-se nas cidades um novo e dramático significado: mais do que evocar progresso ou desenvolvimento, elas passam a retratar - e reproduzir - de forma paradigmática as injustiças e desigualdades da sociedade.

No Brasil existe uma sociedade altamente desigual, na qual a minoria é qualificada e a maioria da população vive em condições urbanísticas precárias. Essa população que está em situação desfavorável acaba tendo muito pouco acesso às oportunidades de trabalho, cultura ou lazer. Essa exclusão faz com que a permeabilidade entre as duas partes da população seja cada vez menor. A infra-estrutura e a qualificação do tecido urbano fazem com que ocorra uma disputa imobiliária, gerando o desenvolvimento e a valorização para uma parte da cidade e a deterioração de outras.

Esse modelo de crescimento provoca na cidade um crescimento desordenado, provocando o desequilíbrio e o caos. Isso acontece, não pela ausência de planejamento, mas de interação dos processos socioeconômicos e de políticas urbanas que constroem um modelo excludente no qual muitos perdem e poucos ganham.

Além disso, o condomínio fechado não é obrigado a ceder as percentagens de áreas públicas (sistema viário, áreas verdes e institucionais) exigidas nos loteamentos; cria, portanto, territórios exclusivos e restritos, negando a cidade por meio de seus muros.

Caldeira (2000) afirma:

(...) onde o espaço público não mais se relaciona ao ideal moderno de universalidade. Em vez disso, ele promove a separação e a ideia de que grupos sociais devem viver em enclaves homogêneos, isolados daqueles percebidos como diferentes. Consequentemente, o novo padrão de segregação espacial serve de base a um novo tipo de esfera pública que acentua as diferenças de classe e as estratégias de separação.

Essa separação dos grupos sociais na cidade evidencia a desatenção da população pelas diferenças sociais, criando um silêncio e uma separação no espaço urbano de modos diferentes, podendo ser interpretado como um sinal de paz social.

As áreas públicas são de grande importância para uma cidade contrapondo-se aos ambientes privados que negam as relações públicas. A especulação imobiliária e os empreendedores são os responsáveis pelo dinamismo e rápido crescimento da cidade voltados sempre aos seus interesses próprios.

No entanto, numa sociedade capitalista é impossível lidar de forma separada a função da terra, devendo ser consideradas juntas a sua função social e econômica, envolvendo o controle do desenvolvimento urbano, pois o valor da terra que produz riqueza, atualmente, não é mais a qualidade do solo, mas sim a sua localização. Ao estipular que em certa área terá certo tipo de moradia que prevalece a classe alta, cria-se uma muralha invisível e uma mercadoria exclusiva no mercado de imóveis que permite um alto retorno do investimento, mesmo que haja um baixíssimo aproveitamento do lote.

“O isolamento da elite em condomínios fechados acirra a tensão social, alimenta a percepção da diversidade existente no meio urbano.” (Jornal: A segregação entre ricos e pobres vai se acentuar? Folha de S. Paulo 24/jan/04)

Na revista Veja on-line, Rosana Zakabi (2002) escreve sobre viver em condomínios fechados no Brasil, suas vantagens e desvantagens. Segundo Kazabi (2002) um milhão de brasileiros já vivem em condomínios fechados nos subúrbios e se somar isto com a população dentro dos muros nas cidades totaliza um décimo da classe média brasileira, ou seja, quase 2.5% da população total chegando a quatro milhões de pessoas segundo levantamento da Amaral d. Ávila, engenharia de avaliações, consultoria que faz pesquisa no mercado.

Devido à melhoria de infra-estrutura de serviços públicos a situação mudou, atraindo a população para investir na periferia. Portanto a expectativa é a diminuição da população nas grandes cidades e o aumento dos condomínios suburbanos.

Zakabi (2002) afirma:

Tradicionalmente, os brasileiros abastados instalam-se nas áreas centrais, onde a infra-estrutura urbana é melhor. Nas últimas duas décadas, a ocupação sem controle das áreas centrais por edifícios e pelo comércio afugentou quem quer morar em uma casa e ter um pouco de área verde. (...) No momento, estão sendo lançados dez megaloteamentos, com 1.300 terrenos, em média, cada um, e centenas de empreendimentos menores de norte a sul do país. Com seus muros altos e porteiros armados, os condomínios são uma resposta ao aumento da criminalidade. Mas não é só isso. Também se foge do barulho, do tráfego intenso e do alto custo de vida das áreas centrais.

Zakabi salienta a necessidade que estas pessoas têm de possuir um carro particular, “De 1991 a 2000, a frota nacional de veículos aumentou 48%. No mesmo período, o crescimento da população foi de apenas 15%”. Além de ter que possuir um automóvel próprio para se deslocar para trabalho, escola e supermercado, com alto gasto de combustível, os pais tornam-se verdadeiros motoristas particulares dos filhos.

No entanto, mesmo com o barulho e a confusão de viver na cidade, os loteamentos suburbanos não conseguem competir em relação à comodidade de ter tudo perto para o que precisar.

De acordo com Zakabi (2002):

Além da busca por tranquilidade e segurança, o que atrai essas famílias para os subúrbios é o padrão social do vizinho. Quem compra um lote num megacondomínio sabe que os outros moradores terão as mesmas condições econômicas e, na maioria dos casos, formação cultural e grau de escolaridade semelhantes. Pode-se dizer que são a primeira experiência brasileira de bairros economicamente homogêneos.

Portanto é de se destacar que todos os fatores existentes para a deslocação das pessoas para os subúrbios, acabam por contribuir com o aumento dos índices de violência nos centros urbanos. Zakabi conclui seu estudo comparando a migração brasileira com a norte-americana e afirma que a partir dos anos 50 ocorreu uma migração nos Estados Unidos e que o Brasil está seguindo o mesmo caminho, “No mínimo, explorar os arredores é uma solução para descongestionar as grandes cidades brasileiras”. (Zakabi, 2002)

Lind (*cit. in* Robert, 2002) faz um estudo sobre o fenômeno dos muros e relata que existe um número cada vez maior de americanos, brancos, afluentes, que se segregam em comunidades fechadas“ *gated enclave communities*. E segundo suas observações no Brasil, Lind (*cit. in* Robert, 2002) define este fenômeno de “*brasilianization*”, sendo este o principal problema a ser enfrentado nos Estados Unidos no século XXI. Lind define este fenômeno em que há a separação de raças por classes sociais, e não a separação de culturas por raças. Este processo de “enclaves urbanos” é portanto um fenômeno de separação física que vem ocorrendo no Brasil, nos Estados Unidos e em outros países do mundo.

Será então que o fenômeno condomínios fechado é um fenômeno que somente acontece nas classes altas? Analisando o Brasil como forma de estudo pode-se responder claramente que não.

Um exemplo disso é o governo do Rio de Janeiro que pretende construir um muro de três metros de altura em todo o perímetro da favela Rocinha como maneira de conter seu crescimento urbano, argumentando que é para conter o avanço das moradias em área de vegetação. A ideia do governo é também tentar conter o crescimento do poder das facções criminosas de traficantes que constantemente se enfrentam, evidenciando a guerra civil nas cidades brasileiras, ou seja, pretende-se conter por meio do muro um problema social e político.

De acordo com Dias, (2004):

(...) caso a proposta venha a se consolidar, iria transformar a Rocinha em um “gueto” e criar um problema social muito mais grave do que o já instaurado, ou no mínimo, realçar as barreiras sociais que já transformam aquela região ou qualquer outra idêntica no País em um grande gueto de excluídos e marginalizados.

Dias (2004) relaciona essa questão do muro da Rocinha, se a proposta for consolidada, com o nazismo ocorrido na cidade de Varsóvia, especificamente sobre o bairro judeu conhecido historicamente como o “Gueto de Varsóvia”. Além de construir uma barreira física contra o problema social, as pessoas que ali vivem, além de serem controladas pelo tráfico diariamente serão ameaçadas de ter o direito de ir e vir controlado pelo

muro. “Raros são os momentos que a arquitetura e a política conseguem entrar em acordo, e o pior é quando a insensatez política consegue ser maior do que qualquer estudo urbano da cidade” (DIAS, 2004).

(...) a idéia do muro é declaradamente um erro político e social, passando longe de ser uma solução urbana. Se dermos uma passada rápida por qualquer favela de nosso País, percebemos a primeira vista que o “muro”, como elemento físico, é quase inexistente, já que o loteamento do morro é algo que beira a “subjetividade”, e que a vida da favela reside nesta mistura de vida público-privada, na mistura de cheiros e sons, nas pessoas se olhando, se vigiando como proteção ou mesmo no acobertamento. Na verdade, o muro da Rocinha seria uma grande agressão a vida que estas pessoas possuem, pois gostando ou não da paisagem “lá de cima”, é a vida que elas têm para viver e cabe a cada um de nós, buscar formas de cada vez mais melhorar sua situação, seja com políticas sociais, políticas habitacionais, políticas de melhoria de renda... Algo que já estamos cansados de ouvir e de falar. (DIAS, 2004)

iii. Legislação

De acordo com a PMTB (Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba), PR, no estudo sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano o Brasil é um dos países que mais rapidamente se urbanizou nos últimos 50 anos, transformando-se de um país rural para um país altamente urbano. Este fenômeno acelerado de urbanização provocou o aumento da exclusão social e da conseqüente marginalização e violência urbana.

Portanto, pela primeira vez, a Constituição Federal Brasileira de 1988 se importa com as cidades, sendo tratadas com o objetivo de direitos sociais e individuais, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, determinando que o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana é o Plano Diretor.

São, nos arts. 182 e 183 da Constituição Brasileira, que se pode encontrar algo sobre a política urbana. O artigo 182 estabelece que a política do desenvolvimento urbano deve ser executada pelo poder público Municipal, conforme diretrizes gerais da lei, denominada Estatuto da Cidade, a qual emprega normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade privada em busca do bem-estar coletivo, segurança, do bem-estar dos cidadãos e o equilíbrio ambiental.

Entretanto, o Município deve se auxiliar pelo Plano Diretor, o qual constitui instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes, conforme dispõe o artigo 182 parágrafo 1º.

O Estatuto da Cidade reúne importantes instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos que podem garantir a efetividade ao Plano Diretor de cada Município.

Segundo a Lei Federal n.º 6.766/79, o parcelamento do solo urbano somente pode ser levado a efeito mediante loteamento ou desmembramento. A diferença básica entre o loteamento e o desmembramento é que neste há o aproveitamento do sistema viário existente, sem a abertura de novas vias e logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

O artigo 4º do projeto de lei do Estatuto da Cidade introduz três novas modalidades, quais sejam, condomínio urbanístico, condomínio urbanístico integrado à edificação e loteamento integrado à edificação (art. 4º).

Atualmente os condomínios fechados exclusivamente residenciais têm ocupado o espaço urbano de uma forma brutal, o qual não é considerado parcelamento do solo, desenvolvendo territórios exclusivos e restritos, além de dar as costas ao espaço público.

Para suavizar essa situação, o poder público de Ribeirão Preto tem exigido para aprovação destes condomínios reservas de áreas públicas. Porém acontece que muitas vezes essas áreas são transformadas em linhas ou fatias de áreas verdes ao redor dos condomínios.

Entretanto, do ponto de vista jurídico, os condomínios são regidos por lei federal específica que vincula a fração ideal de co-propriedade a uma unidade habitacional autônoma o que não constitui, juridicamente, um processo de parcelamento do solo. Assim, ao adotar as reservas de áreas públicas, promove-se juridicamente o parcelamento, mas, por outro lado, os projetos não obedecem às outras exigências dessa lei (que trata do parcelamento do solo), constituindo dessa forma impedimentos para regulamentação e registro imobiliário das unidades resultantes.

Contudo, se aprovado o Projeto de Lei Federal, o condomínio vai ser inserido como nova modalidade de parcelamento do solo não causando mais entraves, devendo atender às suas prescrições, das quais merecem destaque as seguintes: doação de áreas públicas; área máxima estipulada para os condomínios; vedação à implantação de trechos murados, com extensão linear até cento e cinquenta metros, buscando a redução dos impactos na qualidade dos espaços públicos associados à execução desses muros, nos casos em que seja prevista a sua execução.

O desenvolvimento do Município de Ribeirão Preto é regido pela Lei nº 3.346/77, a qual dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, Organização Territorial, Loteamento, Reloteamentos, Arruamentos, Abertura e Prolongamento de Vias, Retalhamento de Imóveis em Geral e dá outras providências. O Plano Diretor de Ribeirão Preto foi aprovado em 1995 e revisto em 2003, quando foi compatibilizado aos termos do Estatuto da Cidade.

Porém esse instrumento define diretrizes gerais para o desenvolvimento urbano do município, indicando a necessidade de leis complementares para sua efetiva regulamentação e aplicação dos instrumentos dados pelo Estatuto da Cidade.

Os projetos de leis complementares ao Plano Diretor estão em estudo desde 2002, porém, em sua maioria ainda não foram votados, sendo que o Projeto de Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo foi rejeitado pela Câmara justamente por introduzir alguns dos instrumentos indicados pelo Estatuto da Cidade que visam à democratização do espaço urbano.

Segundo Rolnik (1996), mais do que efetivamente regular o desenvolvimento da cidade, a legislação urbana atua como linha demarcatória, estabelecendo fronteiras de poder, definindo formas admitidas e proibidas de produção do espaço e cria territórios exclusivos, definindo o padrão de cada região.

Nesse sentido, a lei, muitas vezes, colabora com os seguintes aspectos: valorização do solo determinado pela localização, expansão urbana, aumento de segregação espacial,

propriedade imobiliária vítima da especulação imobiliária, não cumprindo, portanto, sua função social.

Contudo, Ribeirão Preto agora tem a possibilidade de aplicação dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade por meio do Plano Diretor, os quais têm por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, visando combater os aspectos conflitantes decorrentes da produção e reprodução do espaço urbano.

iv. Especulação imobiliária

O processo de especulação imobiliária acontece atualmente dentro do sistema capitalista, o qual, junto com a publicidade, conduz e direciona o desenvolvimento urbano.

Segundo Seixas (2000, p.317), o discurso imobiliário publicitário é considerado o mais importante fator para a atual reestruturação sócio espacial e afirma:

O publicitarismo constitui uma nova imaginação urbana que funciona, pelo resgate publicitário da cidade moderna, em espaços mais ou menos mínimos através de diversos princípios ordenadores, em partes locais e em partes globais, que possibilitam gradualmente a reestruturação urbana pela emergência de um novo tipo de estrutura sócio espacial.

Segundo Seixas (2000), o publicitarismo imobiliário surge como uma ideologia capaz de reestruturar o espaço urbano de forma com que ocorra um resgate face ao mundo envolvente, um local exclusivo, com maior qualidade de vida, tranquilidade, lazer, e segurança. Os *outdoors* oferecem ao público uma vida de sonhos, longe do caos e da poluição, uma fuga da realidade que os novos empreendimentos anunciam. Um *marketing* mais forte também é a forma de atrair a sociedade para os anúncios, geralmente em cores e cada vez mais apelativos; a população é atraída por um imaginário de exclusividade e de exclusão.

Para Gottdiener (1996), na busca de obtenção de renda de monopólio da terra urbana, os proprietários de imóveis comerciais competem por localizações, buscando a possibilidade de fins lucrativos de forma especulativa, pois o imobiliário é uma

mercadoria que parte de um capital inicial já com um valor futuro de alta valorização que gera riqueza.

A expansão urbana tem aumentado consideravelmente e é dada por empreendedores especuladores, por meio do parcelamento do solo em busca do lucro, deixando em segundo plano as necessidades da sociedade. A maioria dos lotes é apropriada por especuladores aguardando uma valorização futura, não atendendo sua função social.

Os sistemas de especulações são feitos sobretudo para servir aos interesses imobiliários. As estratégias são deixar áreas vazias junto às ocupadas para colocá-las no mercado mais tarde por preços bem mais altos. A especulação é entendida como um aspecto de um mercado imobiliário livre incluindo o sector da propriedade. A propriedade imobiliária, sendo o alvo da acumulação capitalista, no contexto de um mercado imobiliário livre, é constante vítima da especulação. O capital financeiro e o capital imobiliário interagem de uma maneira sistêmica potencializando a acumulação de capital.

O setor imobiliário é colocado por Gottdiener (1996) como o segundo circuito do capital, e conseqüentemente o fio condutor do desenvolvimento urbano mais que do planejamento social. Quando o primeiro circuito de acumulação localizado na indústria e nos serviços sofre acumulação, o dinheiro cai para o segundo circuito que é o imobiliário. Essa mudança de circuito como investimento especulativo é sinal de crise econômica, pois ao invés do dinheiro ser investido no primeiro setor para aumento de produtividade do trabalho ou melhoramentos de capital, cai em processos imobiliários especulativos, os quais prolongam as crises. Também quando o dinheiro é retirado do setor imobiliário, este entra em crise.

Portanto, o investimento do capital no setor imobiliário pode ser bom e lucrativo para o empreendedor especulador, porém não investir no primeiro circuito do capital é grave, pois este deixa de crescer e gerar novos empregos, sendo prejudicial para a sociedade e conseqüentemente aumentando a crise econômica e social.

O investimento na terra incentiva a especulação e a expansão regional não coordenada das áreas urbanas. Assim, pode-se dizer que o desenvolvimento urbano, condicionado pelo mercado imobiliário e sua especulação na busca de retornos futuros, não é racional e não atende à função social da terra, impossibilitando o planejamento urbano adequado e que o crescimento futuro da cidade ocorra de forma adequada.

O incentivo à especulação é dado pelos retornos prometidos num investimento voltado para o futuro, e a terra é convertida em renda por meio da produção da propriedade urbana.

O mercado livre da terra leva o desenvolvimento imobiliário a problemas urbanos intratáveis, mesmo com a administração do crescimento pelo governo local. Estes problemas são: desenvolvimento desigual; desenvolvimento de áreas residenciais a partir da exclusão e segregação social e econômica, tais como favelas e condomínios fechados de alta renda; desigualdades fiscais (diferenças na educação); não adequação entre empregos e força de trabalho; crises ecológicas; rede de transporte inoperante devido à dispersão regional e ao transporte público insuficiente; e estratégias de desenvolvimento e assentamento irregulares.

Alguma forma de expansão regional é inevitável nas sociedades capitalistas quando elas amadurecem para uma economia de expansão / serviço que não apresenta necessidades de aglomeração e concentração. A cidade hipercentralizada torna-se multicentralizada.

Porém, o grande problema é a expansão urbana ocasionada pelos chamados vazios urbanos decorrentes da especulação imobiliária. Os vazios urbanos são grandes áreas dentro do perímetro urbano que estão sem uso (não cumprindo a função social da propriedade), pois seus proprietários especuladores estão aguardando a supervalorização deles.

Essas áreas, que apresentam toda infra-estrutura, poderiam abrigar grande parte da população que é expulsa para as periferias (onde a terra não apresenta infra-estrutura e é barata), gerando custos adicionais e sendo prejudicial para a cidade. Considerando a especulação como fio condutor do desenvolvimento urbano, os mercados livres na terra

crescerão desconcentrados, resultando no crescimento desigual e negativo para a sociedade, gerando segregação sócio espacial.

A especulação privada da terra é fonte de aquisição de riquezas pessoais e tem definido o desenvolvimento urbano. Dessa forma, o controle do crescimento e regulação do solo ficam à disposição das decisões do mercado.

v. Expansão dos condomínios horizontais fechados

“...As grades do condomínio
São para trazer proteção,
Mas também trazem a dúvida
Se é você quem está nessa prisão”
Grupo RAPPÁ; música: “A Minha Alma” ano: 2000)

O rápido e desordenado crescimento da zona sul do Município de Ribeirão pode ser analisado junto com relações sociais, políticas e econômicas da população. A distribuição irregular do capital afeta o modo de vida da população em geral, sendo que o acesso à moradia e aos meios de consumo coletivos varia de acordo com a classe social que se localizará e morará de forma diferenciada no espaço urbano. Portanto, a classe social de maior poder aquisitivo ocupa a chamada “localização privilegiada”, que conseqüentemente apresenta um alto valor da terra.

O conflito e as diferentes classes sociais provocam a segregação sócio espacial e a expansão urbana; esta é devido ao aumento populacional, à concentração na cidade, e à especulação imobiliária. Esses aspectos aumentam cada vez mais a distância entre a moradia e o trabalho.

A zona sul do Município de Ribeirão, externa ao anel viário, mesmo sendo uma área periférica, é considerada pela população uma zona privilegiada, por estar afastada da concentração e do caos urbano. Ocupada pelas classes mais abastadas, apresenta uma homogeneidade de classe social, áreas verdes e tranquilidade e a sensação de segurança.

O automóvel é um importante fator da diferenciação dos padrões de consumo pois acaba sendo o meio de transporte principal para a classe média e alta que se distancia

dos serviços, lazer, trabalho, escola e comércios básicos, necessitando da utilização de carro para tudo.

Além disso pode-se dizer que a distribuição dos usos em Ribeirão Preto deu-se em função dos ventos predominantes vindos do sudeste, o que influencia no valor do solo, pois, conseqüentemente, as indústrias (poluição e mau cheiro) e a população de baixa renda acabam por ocupar a área mais barata no lado oposto. A população de maior poder aquisitivo, por sua vez, acaba habitando as áreas onde a terra é mais cara, longe do “caos” do centro e da poluição, buscando sempre a zona sul.

A expansão urbana nessa área aumentou consideravelmente na última década, e é composta em sua grande maioria por condomínios residenciais fechados. Os dois únicos loteamentos presentes são o Quinta da Alvorada e o Royal Park. Contudo, o primeiro fechou o seu muro, transformando-se num condomínio fechado, uma parte do segundo também fechou um extenso muro a sua volta, criando um grande loteamento fechado, o qual engloba outros pequenos condomínios.

Com o mapa (figura 10) pode-se notar a rápida e assustadora expansão urbana apresentada pelos condomínios, sentido Distrito de Bonfim que acaba por ser bastante afetado pelos decorrentes impactos e pela transformação urbana.

No contexto de um sistema capitalista pode-se afirmar que o espaço é colocado como mercadoria e é alvo da especulação imobiliária. Portanto, tendo em vista o modo de ocupação da zona sul, intui-se que o produto que está na “moda” atualmente é o condomínio residencial fechado, no momento, o empreendimento mais lucrativo e por isso os grandes empreendedores especuladores do solo urbano visam à valorização da terra para obtenção de lucro e os interesses privados, negando o espaço público.

Esses condomínios impedem a entrada de estranhos com seus sistemas de controle e muros altos. Algo que antes era privilégio somente da classe alta torna-se algo mais generalizado. Contudo, o muro passa a ser emblemático, o símbolo da sociedade atual que diferencia as classes mais favorecidas das menos favorecidas.

Se a acelerada construção de condomínios fechados em Ribeirão Preto continuar da maneira que está trará sérios problemas para as gerações futuras. À medida em que os condomínios não são obrigados a doar reservas de áreas públicas para o município acaba por deixar a sociedade carente de equipamentos urbanos, lazer e áreas verdes. Os passeios públicos se existirem se tornarão cada vez mais perigosos, sendo plenos desertos ao longo dos muros. Além disso não se pode esquecer de que com a necessidade do uso de automóveis, devido à distância dos centros urbanos, o número de veículos aumentará consideravelmente o que causará um aumento significativo do fluxo no sistema viário.

Porém, como já foi visto anteriormente, o poder público, recentemente, tem exigido aos condomínios a reserva de áreas verdes para fora dos muros a fim de amenizar o impacto destes empreendimentos. Entretanto, o projeto de lei federal que está em trâmite e a lei complementar ao Plano Diretor de Ribeirão são essenciais para o desenvolvimento das cidades de uma forma equilibrada e controlada, evitando o declínio e a escassez dos espaços públicos que são essenciais para a vitalidade da cidade.

Segundo Salgado (*cit. in* Miglioranza, 2005), a concepção de “loteamento fechado” permitiu que as residências fossem voltadas para fora (jardins) e não para seu interior, como atualmente ocorre devido ao medo e à insegurança. Além da busca por maior segurança, os condomínios atuais têm oferecido diversas formas de lazer e proporcionado o que se chama de a sociabilidade com pessoas de mesma classe social.

Portanto, a socialização e o lazer que acontecia nos espaços urbanos ou nos clubes, passaram a acontecer dentro dos muros, com o privilégio de poucos. As famílias não precisam mais saírem de suas casas para obterem lazer e divertimento já que os condomínios oferecem diversas formas de lazer.

Roberts (2002) estudou os motivos que levam as pessoas que vivem em cidades médias do interior, em princípio sem problemas de tráfego e de grande violência, a viverem cercadas por muros. A autora dialoga com Bourdieu, particularmente em seus conceitos e noções de *habitus*, reprodução social, marcas de distinção, ‘status’, mercado de bens simbólicos e representações para afirmar que o argumento segurança, ainda que real,

precisa ser relativizado, visto que projetos, estilo de vida e status deram maior dimensão à escolha de bens. “À aquisição incluem desejos de mostrar, sabendo que aquelas aquisições serão lidas e interpretadas segundo um código interno de diferenciação e poder.” (Roberts, 2002, p.117).

Entretando, pode-se dizer que além de tranquilidade e busca de segurança as famílias são atraídas para os condomínios fechados para terem sociabilização com os vizinhos que têm o mesmo padrão social e as mesmas condições econômicas. É com clareza que se pode notar a importância que as pessoas dão à homogeneidade e à auto-segregação.

Segundo Lemos (*cit. in* Miglioranza, 2005):

Uma hipótese deste processo de segregação sócio-espacial está relacionada com a auto-segregação, onde o local recai sobre a necessidade de afirmação de status, procurando-se sempre fortalecer este prestígio através de uma vizinhança que reforce este conceito.

A questão de segurança é argumentada ao longo da análise, porém é de salientar que a questão do *status* é também responsável pela proliferação dos condomínios fechados em Ribeirão Preto. Portanto, pode-se dizer que a emergência não ocorre somente devido ao medo e à violência, o status também é uma emergência de desejo e vontade.

Os muros, além de separar os grupos privilegiados do resto da população, agem no sentido de destacar essa minoria nas hierarquias de prestígio e poder. Porém esse desejo da classe alta por espaços vedados, seja de lazer ou moradia, espalha-se para os diversos grupos sociais e invade a cidade. Porém, existe também diferenciação entre condomínios fechados, sendo alguns destacáveis, e alternativas mais adequadas para aqueles que desejam indicar uma vida bem sucedida.

De acordo com Roberts (2002), para estudiosos sobre esse assunto, os condomínios fechados podem contribuir para limitar a realidade e confundir-se com um mundo à parte. As crianças que vivem nesse tipo de moradia, por conviverem com pessoas de mesmo nível socioeconômico, não sentem as diferenças sociais existentes. Portanto, isto impede que elas sintam as diferenças existentes na sociedade, o que faz com que tenham

dificuldades para lidar com estranhos e com pessoas vindas de fora deste núcleo segregado.

O Jornal *Folha de S. Paulo* (10/06/00) publica uma matéria sobre o bairro Jardim Canadá, bairro nobre de Ribeirão Preto em que os moradores resolvem murar alguns quarteirões. A opinião de vários moradores do bairro são analisadas, e aqueles moradores cujas casas não foram atingidas pelo muro reclamavam por também não ter atingido suas casas. Além da questão de segurança, o status também era importante para aquela população pois com o muro a área teria uma enorme valorização. O promotor defende o ponto de vista da cidade de que as ruas devem estar livres para que todos possam passar, ele defende o direito de ir e vir pela Constituição, discordando desse grupo de moradores que simplesmente decidem colocar o muro.

Magalhães e Faria (2001), arquitetos e urbanistas refletem sobre a gestão urbana democrática de Ribeirão Preto. Segundo eles é necessário modificar esta postura “de mera ferramenta da reprodutibilidade do capital imobiliário especulativo e excludente”, buscando a sociabilidade do espaço urbano, a reconstrução da cidadania e da urbanidade democrática.

De acordo com Magalhães e Faria (2001):

A cidade de Ribeirão Preto e sua sociedade não podem mais ficar alheias ao poder de interferência do capital privado especulativo, na busca de seus interesses. O capital privado deve ser transformado em capital social, possibilitando a todos o acesso à cidade legal, provida de todos os serviços constitucionalmente garantidos ao cidadão. As lógicas das “Idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias”, devem ser excluídos de uma gestão urbana democrática e cidadã (...) Inseridos nesse mercado, grandes escritórios de Arquitetura que ora se perpetuam como autores dos edifícios de um urbanismo verticalizador, ora se manifesta na sua mais nova faceta: a construção de verdadeiros palacetes encantados e seus condomínios fechados, que mais aparentam cemitérios em meio à malha urbana. Condomínios que se justificam pela tentativa, falsa ao nosso entender, de recriar em seus interiores, uma vida urbana. Que “cidades” são essas que estão sendo construídas em nossa cidade?

Rodrigo Farias (2002) reflete sobre o município de Ribeirão Preto e seus cidadãos vistos como meros consumidores, o descaso pela sociedade e pelos poderes públicos.

“Então, a sociedade e cada um dos cidadãos são entendidos como meros consumidores. A cidadania não é mais política-social, mas mercantil: quem pode comprar e absorver serviços automaticamente é um cidadão. Um cidadão incluído nessa perversidade neoliberal. E a grande maioria de excluídos: sem casa, trabalho, saúde, lazer, transporte, infra-estrutura urbana? Escondemos dos olhos dos senhores do capital, para que o preço das nossas cidades fique mais elevado no mercado mundial? (...) Ao mesmo tempo em que a cidade de Ribeirão Preto é devastada por uma enchente, que só vem ocorrendo por incapacidade e inexistência de política urbana séria, a Prefeitura vem declarar querer colocar a cidade em competição com cidades como Las Vegas”(Farias, 2002).

2. ANÁLISE URBANA

i. A desconfiguração urbana

Se um lugar se define como identitário, relacional e histórico, um espaço que não se pode definir como identitário, nem relacional, nem como histórico definirá um não-lugar. A hipótese aqui defendida é que a supermodernidade é produtora de não lugares, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos e que, contrariamente à modernidade baudelairiana, não integram os lugares antigos: estes, repertoriados, classificados e promovidos a “lugares de memória”, ocupam aí um lugar circunscrito e específico. [...] Acrescentemos que existe evidentemente o não-lugar como o lugar: ele nunca existe sob uma forma pura [...] O lugar e o não - lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente – palimpsestos em que reinscreve, sem cessar, o jogo embaralhado da identidade e da relação. (Augé, 1994, p. 73-74)

Augé (1994) reconhece três condições de lugar antropológico; a identidade, a relação e a história. O autor também adverte que não há o “lugar puro”, pois diante da realidade de mundo o não-lugar pode se encontrar conectado de diversas maneiras. Segundo o conceito de não-lugares defendido por Augé (1994) é possível aproximá-lo aos condomínios horizontais fechados, *shopping centers*, grandes redes de hotéis e aeroportos, todos se encaixam perfeitamente ao conceito de não-lugares.

Augé (1994) constata que existe uma supremacia do individualismo sobre o coletivo provocando o enfraquecimento das relações sociais e a ruptura das formas tradicionais e coletivas de identificação. Com o surgimento da supermodernidade, o espaço geográfico foi se dissolvendo sendo manipulado pela publicidade e pelas novas formas de comunicação disponíveis no século XXI. Com a globalização o espaço comprime-se e o tempo acelera-se.

Edward Relph (*cit. in* Larice e Macdonald, 2007) também discute sobre o espaço e para ele o conceito de lugar é caracterizado pelos acontecimentos das relações sociais. Ele destaca a participação e a afetividade dos indivíduos com o espaço, porém ele não nega o lugar, mas reflete sobre *placelessness*, a *des-lugarização* do espaço, relacionando-a com o pouco envolvimento do indivíduo com o espaço e a homogeneidade.

Ao relacionar essas reflexões com a análise do espaço urbano de Ribeirão Preto pode-se dizer que Ribeirão Preto se enquadra nos chamados “não-lugares”.

Os lugares que antes se destacavam como “únicos” enfraquecem e são cada vez mais excluídos pela população e um novo produto é lançado no mercado, o condomínio horizontal fechado. Embora esse novo produto de urbanismo tente ser um “lugar”, os condomínios fechados de Ribeirão Preto não fazem parte da configuração urbana pois não se enquadram nas relações de comunidade, natureza e de identidade.

A proliferação dos condomínios fechados cresce junto com os *shopping centers*. Dentro desses novos produtos urbanos as imagens da natureza são manipuladas, são tematizadas para o conforto dos utilizadores. A vida em comunidade dentro dos condomínios é programada, as pessoas esforçam-se para terem um contato superficial entre os vizinhos, mantendo a hegemonia social.

Esse processo de proliferação de “não-lugares” compromete os futuros espaços urbanos das cidades e segundo Rem Koolhaas (*cit. in* Larice e Macdonald, 2007), as cidades que têm essa capacidade de transformação podem ser chamadas de *cidade genérica*.

Koolhaas (*cit. in* Larice e Macdonald, 2007) explica que uma cidade genérica é aquela que diante do processo de dispersão perde suas configurações estáveis não dependendo mais do centro, os espaços urbanos ficam sem história e perdem sua vitalidade em troca dos movimentos dos automóveis; portanto, a cidade perde totalmente sua identidade.

Ribeirão Preto tende a ser uma cidade genérica de refugiados à medida em que a cidade perde a identidade dissolvendo os espaços urbanos, e os novos produtos de urbanismo, como os condomínios fechados, instalam-se em “não-lugares” e seus utilizadores se refugiam atrás dos muros contra a violência.

Conforme a análise do espaço urbano em Ribeirão Preto, abaixo encontram-se alguns exemplos de condomínios horizontais fechados que aproximam-se dos “não- lugares”.

Em 1998 inaugura-se o Condomínio Residencial Fechado Buritis, afastado do centro da cidade, na rodovia Anel Viário Contorno Sul. São 74 lotes, cada um com 1080 m.² O deslocamento é possível somente por meio de automóveis. Na figura 11 observa-se o Anel Viário em frente ao condomínio que se encontra ao redor de grandes áreas vazias.



Figura 11 – Condomínio Buritis (1998)
Fonte: Perplan



Figura 12 – Vista através da Rodovia do Condomínio Buritis
Fonte: Perplan

Os condomínios Guaporés 1 e 2, inaugurados em 2003, localizam-se na Zona Sul de Ribeirão Preto, perto do Condomínio Buritis, isolados do município. A Construtora Pereira Alvim, responsável pelo loteamento, elogia a localização dos condomínios e

afirma: “Permitem chegar com rapidez a escolas e grandes centros de compra e lazer, como Ribeirão Shopping e Novo Shopping”.



Figura 13 – Condomínio Guaporé 1 e 2
Fonte: Pereira Alvim

O condomínio Guaporé 3 é um novo lançamento, porém se localiza na zona Norte de Ribeirão Preto. O condomínio é totalmente murado e com guarita de segurança 24 horas.



LOTEAMENTO - CONDOMÍNIO GUAPORÉ 3 - RIBEIRÃO PRETO SP
CONDOMÍNIO TOTALMENTE MURADO, COM GUARITA DE SEGURANÇA 24H.
LOTES A PARTIR DE 702M2 (18X39), PRONTOS PARA CONSTRUIR
COMPLETA INFRA- ESTRUTURA
FIAÇÃO SUBTERRÂNEA
GÁS ENCANADO

Figura 14 – Condomínio Guaporé
Fonte: Engenharia e Consultoria Imobiliária

Outros exemplos de não-lugares em Ribeirão Preto.



Figura 15 – Condomínio Aroeira
Fonte: Pereira Alvim



Figura 16 – Condomínio Paineiras: “para pessoas que valorizam natureza, espaço e segurança. Mata nativa preservada”.
Fonte: Pereira Alvim

Próximo à mata Santa Tereza (Mata Atlântica), localizado em uma área nobre da cidade, ao lado do futuro Shopping Iguatemi Ribeirão Preto, encontra-se o condomínio Ipê Branco, de alto padrão, que se integra ao Ipê Golf Club (Figura 17 e 18).

Este é o terceiro condomínio de alto padrão integrado ao Ipê Golf Club, um campo de golfe de 18 buracos e padrões internacionais. Com certeza o melhor investimento hoje em Ribeirão Preto. Projeto urbanístico integrado com a natureza. Rede elétrica subterrânea. Localização privilegiada na zona sul. Drenagem urbana com sistema alternativo de escoamento. Tranquilidade e

segurança. Infra-estrutura completa. “Aqui você encontra tudo, até qualidade de vida. Mais que um bairro, um estilo de vida!” (Empreendimentos Imobiliários)



Figura 17 – Condomínio Ipê Branco
Fonte: Empreendimentos Imobiliários



Figura 18 – Condomínio Ipê Branco ao lado do futuro *Shopping Center*
Fonte: Pesquisadorbsb

O condomínio *Alphaville* segue o conceito das *edge cities* americanas que reúne em um único espaço residências, serviços e empregos, como se fosse uma minicidade. Kasabi (2002), em sua entrevista a Joel Garreau, relata sobre o conceito de *edge cities*:

“Imagine vários condomínios fechados em uma mesma área de um milhão de metros quadrados fora das metrópoles, e em volta delas estarem concentradas lojas de conveniência, escolas, hospitais, prédios com salas para escritórios e um amplo sistema de segurança. Esse é o conceito das *edge cities*, que surgiram nas décadas de 50 e 60 nos Estados Unidos e preveem áreas planejadas no entorno das grandes cidades. Há 181 *edge cities* nos Estados Unidos, contra apenas 45 metrópoles. No Brasil, o modelo que mais se aproxima desse conceito é o *Alphaville*, que fica em São Paulo.”

O exemplo pioneiro de Alphaville é o localizado perto de São Paulo, o maior condomínio do Brasil, criado há quase trinta anos. Hoje, Alphaville é uma cidade com 40.000 moradores e uma população flutuante diária de 170.000 pessoas. Atualmente, empreendimentos similares estão se espalhando por todo o país e chegando em Ribeirão Preto.

O Condomínio *Manacás* localiza-se também na área Sul de Ribeirão Preto, próximo ao bairro residencial Jardim Canadá.



Figura 19 – Vista do Condomínio dos Manacás

Fonte: Perplan

Ao redor do condomínio Manacás surge a construção de outros empreendimentos. Nota-se, portanto, em sua vista aérea, “muros contra muros”, a negação do espaço público, a perda da relação da identidade e da história.

O residencial Santa Maria apresenta 157 lotes de terreno com 1.500m² cada. Infra-estrutura completa com centro comercial Hípica. “Você vai poder morar na fazenda com o conforto de um condomínio” (publicidade).



Figura 20 – Residencial Santa Maria
Fonte: Pereira Alvim



Figura 21 – Residencial Santa Maria
Fonte: Pereira Alvim

Todos esses empreendimentos e muitos outros são voltados para uma classe média e alta, que se sentem privilegiadas por poderem morar nesses novos empreendimentos.

Com essa análise é possível afirmar que o município de Ribeirão Preto, devido à proliferação dos condomínios fechados e *Shopping Center*, aproxima-se do conceito de espaços ageográficos, segundo Sorkin (2004).

Segundo Augé (1994), esses espaços são intitulados os não-lugares e caracterizam-se por lugares de passagens, sem identidade, igual aos acampamentos de refugiados das guerras. Os utilizadores desses novos produtos urbanos podem ser considerados os refugiados da guerra civil na cidade contemporânea.

ii. O templo de consumo pós-moderno

Perhaps the beginning of the twenty-first century will be remembered as the point where the urban could no longer be understood without shopping¹.

¹ Frase de abertura, inscrita na contra-capá, do livro "*Project on the City 2 - Harvard Design School Guide to Shopping*" [Coord. Chuihua Judy Chung, Jeffrey Inaba, Rem Koolhaas, Sze Tsung Leong], Köln-London-Madrid-New York-Paris-Tokyo, Taschen, 2001

Em 1981 a Zona Sul de Ribeirão Preto foi escolhida para a construção do primeiro *Shopping Center* (Figura 22). Essa construção valorizou imediatamente toda a região, desde a parte alta do centro até a localização do próprio *Shopping*.

Esse *Shopping*, considerado o mais utilizado da cidade, já passou por algumas ampliações e atualmente foram construídos dois edifícios verticais junto a ele, o hotel Íbis e um edifício empresarial intitulado *Ribeirão Office tower* (Figura 23). Em 1996, após a implementação do plano diretor, desenvolveu-se um enorme empreendimento cujo loteamento deu origem ao Colégio Santa Úrsula e aos condomínios residenciais fechados horizontais e verticais de alto padrões, além de área comerciais e áreas verdes e institucionais.



Figura 22 – Ribeirão Shopping
Fonte: FrajolaRP



Figura 23 – Ribeirão Shopping e ao fundo o hotel Íbis e Ribeirão Office Tower
Fonte: autor

Apesar do foco principal do trabalho se basear em condomínios horizontais fechados é importante destacar os condomínios verticais (edifícios de apartamentos) que também demonstram o desejo das pessoas de morar de uma maneira exclusiva, representada por espaços protegidos, com muros altos e guaritas, o qual é sustentado pelo discurso contra a violência. A imagem a seguir (Figura 24) mostra uma parte desse loteamento no qual vê-se um intenso processo de verticalização da área Sul de Ribeirão Preto.



Figura 24 – a rápida e intensa urbanização da região sul de Ribeirão.
Fonte: autor

Nota-se nessa mesma região, o surgimento de torres espelhadas (Figura 25), um exemplo da arquitetura do espetáculo. Além da procura por moradias exclusivas também nota-se a procura por locais de trabalhos exclusivos. Essa região é considerada uma das áreas mais valorizadas pelo mercado imobiliário, com ótima infra-estrutura urbana, localizada próxima ao *Ribeirão Shopping*.



Figura 25 – Edifício de Escritórios – *New Century*
Fonte: autor

Nos últimos anos do século XX, três outros *Shoppings* foram construídos, porém o único que se localizava longe da região nobre do município, o *West Shopping* não prosperou. O *Novo Shopping Center* (Figura 26) foi inaugurado em 1999 ocupando uma posição geográfica estratégica e de expansão urbana pelo vetor sudeste.



Figura 26 – Novo Shopping
Fonte: Novo Shopping

O *Shopping Santa Úrsula* (Figura 27), também inaugurado em 1999, localiza-se no centro da cidade, onde foi demolido um patrimônio histórico jamais recuperado. Destaca-se por ter um total de 11 pavimentos, sendo 6 no subsolo.



Figura 27 – Shopping Santa Úrsula (centro da cidade)

Fonte: FrajolaRP

Porém, com esse exacerbado consumo pós-moderno, a população já espera pelo 4º grande *Shopping Center*, afastado da cidade, na zona sul próximo de onde estão sendo construídos alguns condomínios e o condomínio *Alphaville*.

Os centros comerciais tornaram-se espaços de lazer para a população de todas as classes sociais, embora seja um tipo de consumo caro para a maior parte da população. Esses centros comerciais passaram cada vez mais a concentrar diversos tipos de serviços, cultura, educação e lazer, provocando um rápido esvaziamento do centro da cidade. A elite se deslocou para as áreas mais valorizadas contribuindo para o abandono do centro.

É de se notar a fragmentação do tecido urbano que vem ocorrendo devido ao capital imobiliário. Seixas (2008) afirma sobre a existência de uma descontinuidade sócio espacial neste fim de século em que se nota uma crescente urbanização, uma nova forma sócio -espacial a que se procura dar um nome.

Surgem novos termos para tentar caracterizar essas alterações no espaço urbano. Augé refere-se aos lugares e não-lugares, Gottdiener (*cit. in* Seixas, 2008) fala sobre o

urbanismo portátil; Koollans fala sobre a cidade genérica, e muitos outros nomes são dados para esse tipo de alteração urbana.

De acordo com Seixas (2008):

Estas formações sócio espaciais revelam também uma mudança na estrutura antropológica urbana ou na estrutura da diferença, ou seja, a relação que se estabelece entre o eu e o outro enquanto entidades espaço sócio – culturais.

Ribeirão Preto está passando por um processo de desconcentração do seu núcleo devido a uma nova organização sócio espacial que evidência a hegemonia neste caso, onde existem dois tipos de fatores.

Um fator é a repulsa pelo centro e o outro é a atração pela periferia. Ou seja, por um lado o medo da violência do centro e a aversão pela mistura de várias classes sociais; por outro lado, a busca por mais segurança, maior liberdade e status possibilitando um maior individualismo.

Gottdiener, (*cit. in* Seixas, 2008) afirma sobre o crescimento sócio espacial desconcentrado que “a vida urbana tornou-se portátil e, desse modo, ocorreu o mesmo com a cidade”. Afirma também que os empreendedores e especuladores podem escolher uma área desértica, de expansão agrícola, ou mesmo no coração da metrópole e, com as forças do comércio, do governo e da construção eles conseguem, em um curto período de tempo, um desenvolvimento urbano.

Em relação ao urbanismo portátil, Gottdiener, (*cit. in* Seixas, 2008) afirma:

(...) se possa construir virtualmente em qualquer lugar, em qualquer tempo e em volta de quase qualquer um, um grande *Shopping Center* regional, um complexo de edifícios de escritório ou um conjunto residencial legalizado.

O urbanismo portátil tem se realizado de forma cada vez mais hegemônica, invalidando as dicotomias centro-periferia, resultando numa dispersão da cidade ou numa “região metropolitana polinucleada”, como é dito por Gottdiener (*cit. in* Seixas, 2008).

O centro de Ribeirão Preto está enfraquecido, estilhaçando a própria noção de centro e transformando-se em um município policentrado hierarquizado. O município está se transformando numa cidade *shopping center* em que a sociedade se une unicamente pelo consumo e pela segurança, reproduzindo a “losangelização da cidade contemporânea”. (Martinotti, *cit. in* Seixas, 2008)

A relação do *Shopping Center* com os condomínios fechados (Figura 28) é clara à medida em que os *Shoppings* podem ser considerados uma extensão da área segura dos condomínios e as crianças podem desfrutar da oportunidade de viver uma liberdade com maior segurança. Acontece uma “troca” entre os dois empreendimentos em que um proporciona maior segurança em troca do consumo desnecessário.

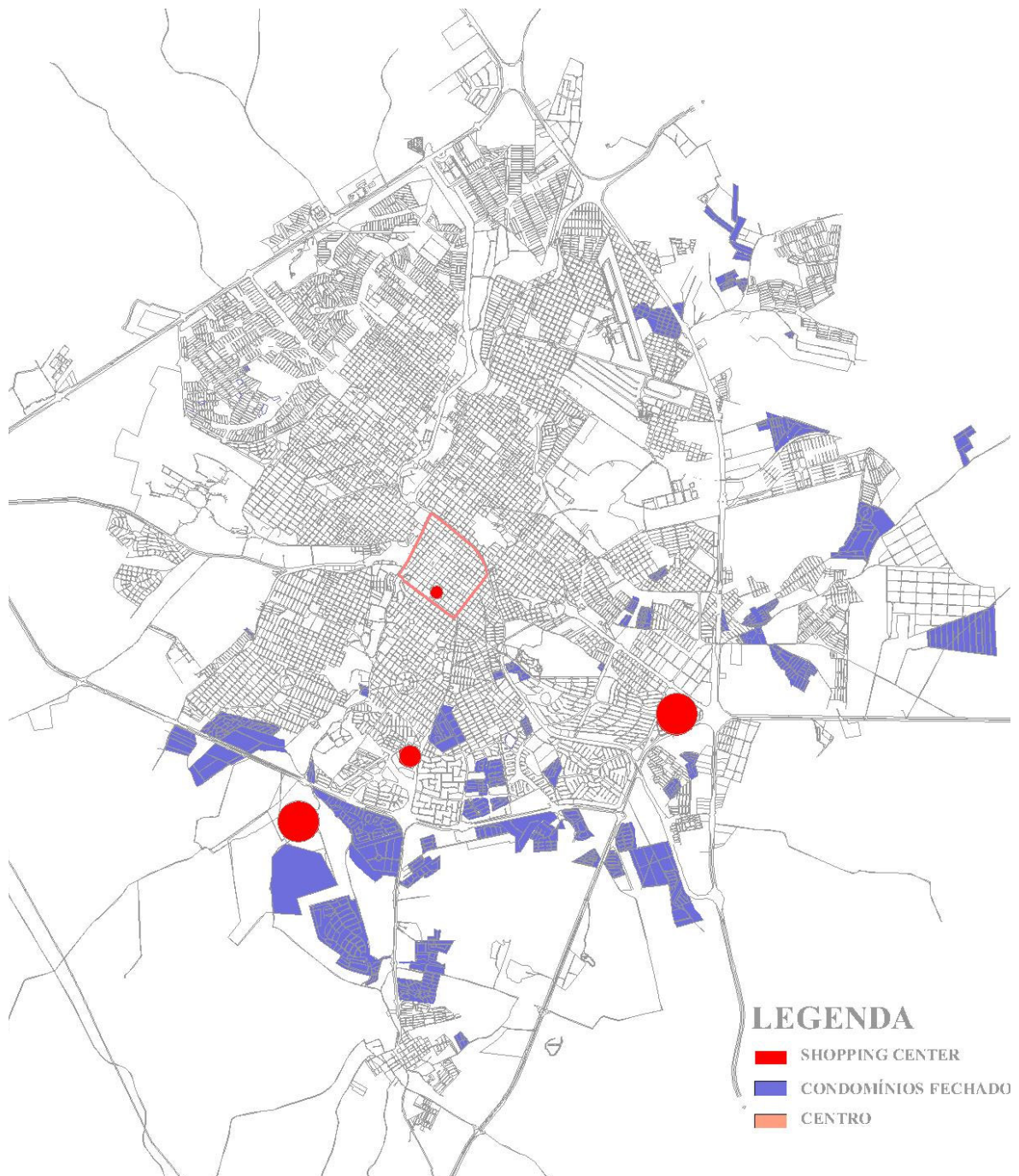


Figura 28 – Mapa Rib Preto: Condomínios horizontais fechados e Shoppings Centers
Fonte: Autor

iii. O Simulacro da natureza

"Livre do real, você pode fazer algo mais real que o real: o hiper-real"
(Jean Baudrillard, *cit. in* Siqueira, 2007).

Segundo Siqueira (2007), Baudrillard passa a ser reconhecido como o teórico do regime do “simulacro” nos debates sobre pós-modernidade, por meio de sua obra “Simulacros e Simulações.” Siqueira (2007) afirma que o conceito de simulacro não se relaciona com a irrealidade, “Os simulacros são experiências, formas, códigos, digitalidades e objetos sem referência que se apresentam mais reais do que a própria realidade, ou seja, são “*hiper-reais*”.

Baudrillard (*cit. in* Siqueira, 2007) percebia a condição do ser humano como a de uma ordem social na qual era notado um aumento dos sinais e dos simulacros que constituem o mundo contemporâneo, de tal maneira que se torna impossível conseguir a distinção entre o “real” e “irreal”. O mundo tem se organizado ao redor dos simulacros e simulações, destruindo os sentidos, os significados, e enfraquecendo o conceito da própria realidade.

Segundo Baudrillard (*cit. in* Siqueira, 2007), os meios de comunicação são os que se destacam com grande força dentro do “jogo dos simulacros”. É a “sociedade-cultura de consumo” que reduz o indivíduo à mera condição de consumidor como consequência do sistema de produção. Baudrillard destaca a transformação da mercadoria em signos novos, imagens e experiências para o desejo e consumo do indivíduo.

Siqueira (2007) afirma que a forma publicitária se impôs e se desenvolveu às custas de todas as outras linguagens e afirma que Baudrillard deixa transparecer que “entendia a publicidade como a arte oficial do capitalismo, uma vez que todas as formas atuais de atividade voltam-se e esgotam-se nela.”

De acordo com Artur (2007):

Baudrillard defende a emergência de uma hiper-realidade, a convergência entre a simulação mediática, a virtualidade, a saturação de imagens, a sobrecarga de informação e as necessidades do real. (...) simples realidade já não nos satisfaz.

Com base na análise feita sobre a “disneyficação global” e com as reflexões de Baudrillard sobre o Simulacro, pode se dizer que o município de Ribeirão Preto tem uma enorme tendência para se tornar uma cidade de espetáculos.

A urbanização de Ribeirão Preto torna-se cada vez mais complexa e as representações nos espaços urbanos são evidenciadas. A melhor forma de ilustrar este modelo emergente é relacioná-lo com a proliferação dos centros comerciais os quais possuem o lugar central no cotidiano urbano desse município conforme foi mostrado anteriormente. Segundo Boyer (1994), a cidade espetáculo é característica da cidade contemporânea, reduzida ao jogo das imagens e aproximando-se da lógica do consumismo. (Figura 29)



Figura 29 – Ribeirão Preto

Fonte: FrajolaRP

Ribeirão Preto, por ser uma cidade nova, não tem ainda formas de espetáculos urbanos protegidos para os turistas como Paris. Embora ainda não tenha essas formas de espetáculos urbanos, Ribeirão se expressa com o mesmo processo de segregação sócio espacial, porém de outra forma.

Os centros comerciais, construtores de simulacros, fazem muito sucesso no município, ocupando os lugares centrais no cotidiano dos cidadãos, os quais concentram num espaço delimitado o necessário e o suficiente para o desejo de consumo dos cidadãos.

Porém, fora do centro comercial observa-se um “bombardeamento” de informações publicitárias, um jogo de ilusões, de simulacros como forma de sedução, para atrair a população para o consumo, tendo como grande meta o alcance da felicidade ou da satisfação.

Ribeirão Preto caminha para ser um exemplo de simulacro urbano conforme observa-se na figura abaixo (Figura 30). Ao fundo nota-se a cortina de condomínios verticais, que simula as necessidades de sociabilização num espaço protegido e controlado. À frente notam-se grandes *outdoors* de publicidade que, além da poluição visual, escondem e negam a própria identidade do município.

Esses grandes *outdoors* são vistos através dos ecrãs dos para-brisas dos automóveis, das pessoas que estão de passagem. Nota-se também a ausência de pedestres e o excessivo uso de automóveis, que simboliza a nova classe hegemônica se protegendo do perigo. Conforme Boyer (1994) afirma, a sociedade do espetáculo é caracterizada por uma cultura invadida pela imagem.



Figura 30 – Avenida Presidente Vargas

Fonte: autor

Na imagem a seguir (Figura 31), nota-se a construção de um edifício vertical espelhado cuja funcionalidade é de escritórios. Esse edifício pode ser considerado típico de uma cidade espetáculo à medida em que os cidadãos constroem a imagem de um espaço protegido, vigiado e controlado, sentindo-se portanto, mais seguros.



Figura 31 – Imagem da Avenida presidente Vargas
Fonte: autor

Porém, ao analisar o município de Ribeirão Preto, nota-se que o centro das atrações não é somente o consumo, mas é de se destacar a procura pela segurança. Os cidadãos cada vez mais se refugiam nos condomínios e nos centros comerciais. Os automóveis também são formas de se proteger da violência. É dessa maneira que o homem vem construindo a imagem de um ambiente protegido (Figura 32). Segundo Ellin (1997), devido à paranoia e à insegurança, a forma da arquitetura segue o medo acentuando a segregação social.

O município de Ribeirão Preto está se desenvolvendo com a medida de seus utilizadores. Simulações de um mundo perfeito, organizado, vigiado, com ambiente e temperatura climatizados. Porém, em contrapartida, nota-se o enfraquecimento da vivência urbana coletiva, o crescente individualismo e a segmentação do tecido urbano criando espaços fragmentados e ineficazes.



Figura 32 – A verticalização do Centro da cidade
Fonte: Reinaldo

Segundo Seixas (2008), a ideia de natureza é extremamente importante no sistema ideológico que envolve esses novos tipos de habitações. A busca por cenários bucólicos e pitorescos dentro dos condomínios horizontais fechados são concebidos como necessários para a satisfação “ilusória” dos moradores.

Os *slogans e outdoors* referenciam quase sempre o envolvimento com a natureza. A natureza se apresenta de diferentes maneiras e numa diversidade de elementos, ideias e sentimentos; em alguns empreendimentos o próprio conceito de fazenda é explorado, como símbolo de espaço amplo e tranquilo. A questão com a segurança é bastante explícita. A seguir mostram-se alguns exemplos publicitários que atraem a população para os novos empreendimentos lançados no mercado.

Laranjeiras
CONDÔMÍNIO

Espaço
Segurança
Tranquilidade
Completa área de lazer
Sobrados isolados - 96 residências
3 suítes - home cinema - 172m² e 200m² (c/ varanda e churrasqueira)

Figura 33 – Condomínio Laranjeiras
Fonte: Pereira Alvim



Figura 34 – Residencial Santa Maria
Fonte: Pereira Alvim



Figura 35 – Ecolife
Fonte: Autor



Figura 36 - San Diego
Fonte: Autor



Figura 37 – Village Monet
Fonte: Autor



Figura 38 - Porto Búzios
Fonte: Autor

De fato Seixas (2008) afirma:

Pode-se dizer assim que a maior parte dos condomínios evocam ou realizam, de uma ou de outra forma, a ideia de natureza, significando um certo resgate num Éden pós moderno virtualizado publicitariamente e emulado de forma minimalista nos espaços ajardinados desses empreendimentos.

Observa-se a seguir (Figuras 39 e 40) alguns ambientes internos de Condomínios horizontais fechados que buscam a simulação da natureza, seduzindo as pessoas para uma “ilusão” de tranquilidade.



Figura 39 – Condomínio Aroeira
Fonte: Pereira Alvim



Figura 40 – Condomínio dos Manacás
Fonte: Perplan

É de se destacar a preocupação das guaritas dos Condomínios. Em geral as guaritas são projetadas de forma imponente, com diferentes estilos arquitetônicos como forma de proporcionar a sensação de proteção para os moradores. As portarias dos condomínios se aproximam dos parques temáticos da “Disney”, transmitindo a sensação de estarem entrando para um mundo sem conflitos, o mundo ideal.

Além dos muros altos, grades e cercas eletrificadas, existe sempre a presença de guardas 24 horas que controlam a entrada e a saída das pessoas, além das câmaras de vigilância. Para melhor segurança, os guardas também se protegem dentro de suas guaritas mantendo uma certa distância dos *outros*, que geralmente se comunicam por meio de interfones.



Figura 41 – Condomínio dos Manacás
Fonte: Perplan



Figura 42 – Condomínio Village Monet
Fonte: Perplan



Figura 43 – Guarita Condomínio Guaporé
Fonte: Pereira Alvim



Figura 44 – Guarita do Condomínio Paineiras
Fonte: Pereira Alvim

De acordo com Seixas (2008):

(...) espectacularizam-se os centros históricos, ao mesmo tempo que se dá uma mediatização, digitalização, macdonaldização e condôminiação da cidade. Todos os locais parecem constituir-se como potenciais nexos espaço-temporais do programa de sedução - espectáculo /consumo - resgate e é essa potencialidade que a cidade-espetáculo vai gerindo.

Portanto, atualmente a sociedade vive em uma nova fase da história, em um mundo que se organiza ao redor dos simulacros e das simulações. A sociedade é alcançada pelo jogo de simulacros que acaba por destruir os sentidos, os significados das coisas, transformando radicalmente a experiência de vida de cada um. Com isso o conceito de realidade se esvazia cada vez mais.

iv. Contradição dos espaços públicos

Fustel Coulanges, historiador Francês do séc XX, em seu livro “A Cidade Antiga” (*La Cité Antique*), com base na formação social e religiosa da família relata a formação das cidades dos primórdios de nossa Antiguidade Clássica:

O pai, líder máximo de cada família, juiz, sacerdote e na sua pós-morte, elevado à condição de um Deus dentro do Panteão doméstico de cada família, tinha ainda em vida, a obrigação sagrada de delimitar sua terra, o seu lugar por direito sagrado, através de um arado puxado por animais e por todo um rito religioso onde a família ali participava. Consagrando-se o lugar e pedindo a benção aos seus deuses domésticos, se erguiam as cercas e muros, os limites sagrados do seu solo, futuro lugar de seu descanso eterno. O lugar de criar sua família, seus animais, de plantar e colher seus frutos, de assar seu pão e de enterrar seus mortos.

Portanto, era dessa forma que a humanidade demonstrava seus domínios sagrados que mais tarde, com o surgimento das primeiras cidades, transformam-se em sinônimo de poder e riqueza. As Cidades-Estados gregas se protegiam de seus vizinhos por meio da fortificação em altos muros e as cidades romanas se protegiam das invasões dos “bárbaros” pelo poder de seu império. O poder central de Roma desarticula-se e o império se fragmenta em feudos na Idade média, onde cada senhor feudal possuía seu castelo fortificado marcando a sede de seus domínios sobre a terra e seus servos.

As cidades começaram a se organizar por meio do comércio e do poder militar, necessitando porém de altas muralhas para manter a prosperidade. Porém as cidades se desenvolvem e se enriquecem formando diversos nós comerciais. Com o desenvolvimento das cidades, elas tornam-se pequenas e os antigos muros medievais tornam-se obstáculos para o crescimento da cidade.

A urbanização se expande e com a Revolução industrial a população é atraída para a cidade dando início ao caos urbanos e às revoltas sociais. Surge então uma nova emergência de cidade, com novas espacialidades urbanas, aberta ao fluxo de pessoas, com grandes avenidas e com lotes privados.

A cidade se acelera, e o que antes era visto para contemplação, agora é visto de forma passageira. Como consequência disso a vida começa a se interiorizar e o espaço público perde sua função de coletividade sendo substituído pelos altos muros das casas, “os pequenos feudos”, para proteger da insegurança das cidades modernas.

A população de Ribeirão Preto, a fim de garantir a proteção contra a violência e a busca por melhor qualidade de vida, tem se interiorizado buscando diferentes maneiras de se proteger. Algumas das estratégias usadas é a privatização “ilegal” com o avanço dos limites de seus lotes sobre espaços públicos. Porém se o espaço público é considerado um local coletivo, onde os pedestres podem transitar com livre circulação, sem qualquer impedimento, nota-se que na prática isso não acontece.

Notam-se cada vez mais os avanços nas calçadas com o uso de grades ou de cancelas, guaritas e outras formas de obstáculos que bloqueiem o avanço dos “outros”. Esse

desrespeito tem sido notado frequentemente, porém as entidades responsáveis não se manifestam ou pouco fazem para alterar a situação. Com análise da cidade de Ribeirão Preto os registros fotográficos mostram as variadas intervenções que poderão avaliar o aumento da arquitetura repressiva com a necessidade de proteger e promover a “sensação” de segurança para a população.



Figura 45 - Invasão do espaço público
Fonte: Autor



Figura 46 – Invasão do espaço público
Fonte: Autor



Figura 47 – Montra com protecção
Fonte: Autor

É possível caracterizar Ribeirão Preto como uma cidade contemporânea pós – modernista que passa por um processo que se pode chamar de “segregação sócio espacial” que corresponde às diferentes maneiras que as pessoas procuram para se proteger. A proliferação de muros e grades marcam cada vez mais o panorama da cidade (Figuras 48 e 49). Os espaços públicos são cada vez mais protegidos pela segurança privada e as diferentes estratégias de proteção dificultam o acesso coletivo e as relações sociais urbanas.

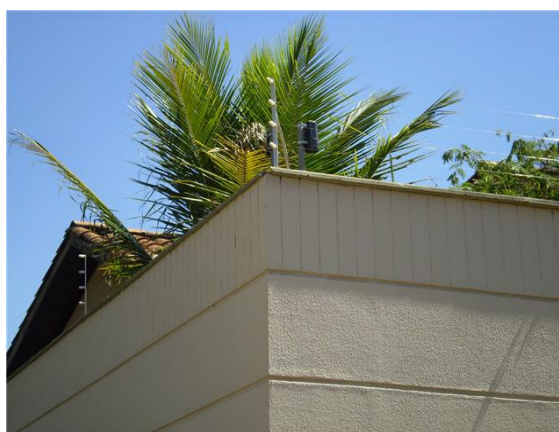


Figura 48 – Estratégia de proteção
Fonte: Autor



Figura 49 – Estratégia de proteção
Fonte: Autor

Segundo Seixas (2008):

A casa já não é o desdobramento de um ninho ou de uma concha e a ideia de canto também não se coaduna. A casa configura cada vez mais, a evasão de uma viagem, de um filme, de uma ilusão, de um sonho.

Portanto, as casas cada vez mais se fecham sob si próprias numa mistura de realidade e ficção vivencial. As classes mais altas se fecham em relação ao espaço exterior, mantendo com estas diferentes formas de comunicações como o automóvel, a televisão, o computador, o telefone e outros, numa realidade vista somente através de ecrãs.

Augé (*cit. in* Seixas, 2008) reflete sobre essa nova forma de morar afirmando que as casas são cada vez mais bolhas da imanência ficcional em que o real reproduz e imita a ficção. Essas bolhas de imanência de Augé são maneiras de se defender dessa nova realidade de globalidade, entre o particular e o universo.

Seixas (2008) afirma que para responder a essa compressão espaço-temporal, surge o processo de *evasão e castelização* enquanto processo do fugir e do fechar-se que acabam ocorrendo simultaneamente. O apelo à exclusividade, à particularidade e também ao isolamento e à negação do espaço público. Seixas também argumenta que para compreender essa revolução sócio espacial e essa nova forma de vida deve-se analisar a metáfora carro e portão: “O carro é o nosso sempre presente passaporte evasivo, enquanto o portão é o porto seguro, o porto de abrigo ao qual se pode sempre regressar”.

Portanto, carro e o portão são dois elementos que defendem e acomodam, são as novas bolhas da imanência. O carro é a extensão da casa e vice-versa e através do ecrã do para-brisas junto com o rádio constitui uma viagem idêntica ao que fazemos em frente à televisão.

Existem alguns exemplos de apropriação de espaços públicos em que ocorre a privatização ilegal dos espaços, por meio de fechamento de ruas ou de quarteirões, criando assim “falsos condomínios fechados” (Figuras 50 e 51).



Figura 50 – Privatização ilegal de espaços públicos
Fonte: Autor



Figura 51 – Privatização ilegal de espaços públicos
Fonte: Autor

Nota-se portanto a implantação de guaritas coletivas ou cancelas para o fechamento das ruas. O serviço privado ocupa o espaço público e muitas vezes acaba por bloquear a calçada impedindo a continuidade dos pedestres. A população procura diversas formas de se proteger do espaço urbano e o isolamento humano acaba se evidenciando. Muitas

residências apresentam a imagem de aprisionamento com diversos elementos de proteção.

Nota-se a presença de segurança particular em frente algumas residências (Figura 52). Junto aos muros altos aparecem guaritas suspensas incorporadas nos edifícios (Figuras 53 a 55), além de vedação elétrica ou cacos de vidro em cima dos muros que dificultam a entrada de qualquer invasor. Plantas com espinhos muitas vezes são utilizadas para bloquear o acesso.



Figura 52 – Segurança particular
Fonte: Autor



Figura 53 – Muro, cerca elétrica e guarita
Fonte: Autor



Figura 54 – Muro, cerca eléctrica e guarita
Fonte: Autor



Figura 55 – Muro, cerca eléctrica e guarita
Fonte: Autor

A arquitetura das casas de Ribeirão Preto tem sofrido alterações devido ao medo à insegurança urbana. As residências cada vez mais se voltam para seu interior, tendo aberturas de iluminação e ventilação geralmente voltada para dentro do lote e as fachadas com o mínimo de aberturas, separando ao máximo o público do privado. A questão de segurança transforma-se em obsessão modificando o estilo de vida da elite que começa a se distinguir das outras classes sociais devido às suas estratégias de proteção.

Uma das estratégias usadas para distinguir a classe alta da classe baixa é a proliferação de espaços habitacionais segregados com a necessidade e o desejo, dos mais bem favorecidos, de segurança urbana e da busca de uma imagem mais bucólica longe da

alta densidade da área central. Ao redor desses empreendimentos nota-se extensas faixas verdes isoladas e a ausência total do uso dos espaços públicos (Figuras 56 a 57).



Figura 56 – Ao redor dos condomínios
Fonte: Autor



Figura 57 – Ao redor dos condomínios
Fonte: Autor

CONCLUSÃO

O trabalho de pesquisa e análise que se traduz nesta dissertação busca entender as novas transformações do espaço urbano do município de Ribeirão Preto, tendo como foco principal a expansão dos condomínios horizontais fechados.

O conceito de lugar e não-lugar de Augé (1994) contribui para estabelecer aproximações dos condomínios horizontais fechados. Os lugares antropológicos que se caracterizam por meio da identidade, da relação e da história enfraquecem-se e perdem suas condições de exclusividade.

Um novo produto é lançado no mercado, os condomínios horizontais fechados que aspiram ser um lugar porém não participam do espaço urbano e não se relacionam com as ideias de comunidade, identidade e natureza. Os condomínios horizontais fechados em Ribeirão Preto, muito bem aceitos pela população, constituem a forma mais privilegiada de moradia, aumentando cada vez mais sua procura por questões de segurança.

O muro passa a ser um símbolo de diferenciação social, acentua a exclusão social e estabelece barreiras entre o *Eu* e o *Outro*. Além da busca pela segurança, as famílias também se preocupam com a questão do *status*, uma emergência de desejo e vontade na socialização com pessoas de padrões sociais similares e com as mesmas condições econômicas.

Segundo Boyer (1994), a cidade vista como espetáculo é característica da cidade contemporânea. Ribeirão Preto tende a ser uma cidade espetacular à medida em que se reduz ao jogo dos simulacros, desenvolvendo uma aproximação com a questão do consumismo e a procura de espaços protegidos e controlados para se viver. O espetáculo urbano passa a ser visto através dos ecrãs em oposição ao *Outro* provocando o desaparecimento cada vez maior da realidade.

Nessa espetacularização, os *Shoppings Centers* são os melhores representantes, priorizam a tematização dos espaços interiores, são protegidos, vigiados e negam

totalmente os espaços públicos reproduzindo uma cidade mais segura, tranquila e homogeneizada.

A proliferação dos espaços privatizados provoca o enfraquecimento do espaço público e o início de novas fronteiras. O abandono do centro da cidade é substituído por outros meios de espaços privatizados como os centros comerciais. Os espaços públicos estão a perder sua função de integração, tornando-se mais vazios e perigosos. No entanto, diferentes estratégias de segurança são usadas, tendo os automóveis como formas de se locomover e de se proteger do perigo.

Entretanto, surge a *condominação* como uma estratégia sócio espacial. A paisagem faz parte do jogo de simulacros e a natureza é manipulada para promover o bem-estar de seus utilizadores.

Os condomínios são aqueles que mais se aproximam dos não-lugares de Augé (1994), caracterizados como locais de passagem rápida. Porém, pode-se dizer que os sucessos dos condomínios horizontais se aproximam da *macdonaldização*, dos *shopping centers*, dos parques temáticos, das redes de hotéis e de escritórios além dos aeroportos. Dentro de todos esses espaços existem regras, controle, vigilância e sistemas automatizados com uso de cadastros e códigos onde as relações sociais são totalmente desprezadas.

Assim é a maneira que as pessoas buscam para viver. Com a ilusão de liberdade, refugiam-se atrás dos muros sem tomarem atitudes mais eficazes e contribuem assim para o aumento da violência urbana e da segregação social.

Se antes Ribeirão Preto foi intitulada a “Califórnia Brasileira” em relação aos aspectos econômicos, pela alta renda *per-capita*, atualmente pode continuar sendo comparada com a Califórnia, porém, não mais como um elogio, e sim com relação ao desastre urbano. Ribeirão Preto e muitas outras cidades brasileiras tendem a seguir o mesmo caminho das cidades americanas em relação às problemáticas sócio espaciais, ao aumento da violência, à autosegregação, ao fim do espaço público e à perda de sua própria identidade.

BIBLIOGRAFIA

AUGÉ, Marc.(1994). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da modernidade*, Lisboa, Bertrand editora.

AUGUSTO, H. (2002). *Reseña de “Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo”* de Teresa Pires do Rio Caldeira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.

BOYER, M. Christine. (1994). *The City of Collective Memory*. Londres: MIT Press.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio.(2000). *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Ed.34 e Edusp, SP.

DAVIS, Mike. (1993). *Cidade de Quartzos: Escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Scitta Editorial.

ELLIN, Nan. (1999). *Postmodern Urbanism* (revised edition). New York: Princeton Architectural Press.

ELLIN, Nan. (1997). *Architecture of fear*. New York: Princeton Architectural Press.

FARIA, R.(2002). *Notas de uma indignação profissional: o PT e Oscar Niemeyer em Ribeirão Preto, duas faces da mesma irresponsabilidade social*. *Vitruvius / Minha Cidade*, ano 2, n. 9. 045p.

GARREAU, Joel. (1991). *Edge City*. New York: Anchor Books.

GOLOBOVANTE, M. C. C, PEIXOTO, Elane. (2007). *Entrevista Inédita com o Antropólogo Marc Augé*. In: *Intercom 2007 – XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2007, Santos. *Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. São Paulo: INTERCOM.

GOTTDIENER, M.(1996). Instituto Pólis. *Assessoria, formação e estudos em políticas sociais. Políticas públicas para manejo do solo urbano: experiencias e possibilidades*. SP.

JACOBS, Jane. (2000). *Morte e vida nas grandes cidades*. Ed. Martins fontes. SP, 2000.

KRIER, Leon.(1999). *Arquitetura: escolha ou fatalidade*. Tradução de António Sérgio Rosa de Carvalho. Lisboa: Estar-Editora.

LARICE, M, MACDONALD, E. (2007). *The urban reader*, London, New York: Routledge, 2007.

LE GATES, Richard and STOUT, Frederic. (2003). *The City Reader*, 3rd Ed., New York: Routledge.

LYNCH, Kevin. (1999). *A Boa Forma da Cidade*, Edições 70, Lisboa, 1999.

MAGALHÃES, K. FARIA, R.(2001) *Por uma Gestão Democrática em Ribeirão Preto*. Vitruvius / Minha Cidade ano 2, n.4, Novembro, SP. 034p.

MAGALHÃES, K. FARIA, R.(2001). *Gestão econômica e marketing urbano: a construção do modelo "cidade-mercadoria"*. Vitruvius / Minha Cidade, ano 2, n. 5, Dezembro, SP.037p.

MELLO, Duarte Cabral. (2002). *Expo 98 – Cidade ou ilha?:* In jornal Arquitectos, nº205; Lisboa: Ordem dos Arquitectos 62-63p.

MIGLIORANZA, Eliana. (2005) *Condomínios Fechados: Localizações de pendularidade. Um estudo de caso no município de Valinhos, SP*. Dissertação (Mestrado em Demografia) Unicamp. Campinas.

RELPH, E C.(1979) *As Bases Fenomenológicas da Geografia*. Revista de Geografia. V.4, n.7 p. 1-25.

PEIXOTO, E. R., FERRANTE, I. P. G.(2006) *Goiânia cidade genérica: O estudo dos shoppings centers*. Urbana – Revista Eletrônica do CIEC (Centro Interdisciplinar de Estudo das cidades). Unicamp, v. 1.

PEIXOTO, E. R., GOLOBOVANTE, M. (2008). *Comunicação e espaço urbano: Entrevista com o Antropólogo francês Marc Augé*. Revista da Associação Nacional dos programas de pós graduação em comunicação.

ROBERTS, A.M.S. (2002). *Cidadania interditada: um estudo de condomínios horizontais fechados, São Carlos, São Paulo*. Tese de Doutorado.

ROLNIK, R. (1997). *A cidade e a Lei*. São Paulo, Studio Nobel.

SEIXAS, P. (2008). *Entre Manchester e Los Angeles. Ilhas e novos condomínios do Porto*. Edições Universidade Fernando Pessoa.

SEIXAS, P.(1999). *Paradigmas Socioespaciais e Políticas da Diferença. Ilhas e novos condomínios: Uma interpretação dialógica da cidade do Porto*. Tese de Doutorado em Antropologia Social.

SERDOURA, SILVA. (2006). *Espaço Público. Lugar de Vida Urbana. Engenharia Civil*. UM.

SIQUEIRA, H. S. G.(2007). *Jean Baudrillard: importância e contribuições pós-modernas*. Caderno MIX - Diário de Santa Maria. RS.

SCOTT, Allen, SOJA, Edward.(1996). *Los Angeles and Urban Theory at the End of the 20th Century*. Los Angeles and Berkeley: University of California Press.

SORKIN, Michael. (2004). *Variaciones sobre un parque temático*. Barcelona, Gustavo Gili.

TRAMONTANO, M., Santos, D. M.(2001). *Condomínios fechados: um olhar arquitetônico*. In: revista AAI. V. 1. Porto Alegre: AAI.

WILKOSZYNSKI, A.(2006). *Imagens da Arquitetura. Narrativas do imaginário urbano em Porto Alegre*, Dissertação de mestrado, UFRS.

Internet:

ARTUR. (2007). Mais real do que a realidade. [Em linha]. Disponível em: <http://intergalacticrobot.blogspot.com/2007/12/mais-real-do-que-realidade.html>

[Consultado em 05/08/09].

ATRIBUTOS URBANOS. Postmetrópolis. [Em linha]. Disponível em: <http://www.atributosurbanos.es/terminos/postmetropolis/> [Consultado em 15/06/09].

DIAS, F. (2004). O muro (e o arquiteto). Portal de Arquitetura. Vitruvius / Minha Cidade.[Em linha]. Disponível em: www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc_autores.asp [Consultado em 08/05/09].

GRAÇA, M.S. (2008). A revista que só se apanha na internet. Virus. A cidade, o admirável mundo novo do consumo e as suas catedrais. [Em linha]. Disponível em: http://www.esquerda.net/virus/index.php?option=com_content&task=view&id=64&Itemid=26. [Consultado em 15/06/09].

LARA, Fernando. (2001). "Admirável Urbanismo Novo". Arqtextos, Texto Especial n° 56, São Paulo, Portal Vitruvius. Disponível em: www.vitruvius.com.br/.../arq021/arq021_02.asp [Consultado em 14/09/09].

MALARD, M. L. (2004). Forma, Arquitetura. O movimento Moderno. Resumo. [Em linha]. Disponível em: <http://www.arq.ufmg.br/eva/art010.pdf> [Consultado em 14/09/09].

MOURA, R. (1998). A cidade vigiada. The Truman Show, de Peter Weir, 1998. [Em linha]. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq053/arq053_02.asp. [Consultado em 20/06/2009].

ZAKABI, R.(2002). Viver em Condomínio. A classe média brasileira descobre um novo endereço: os bairros fechados nos arredores das metrópoles. [Em linha]. Disponível em http://veja.abril.com.br/150502/p_094.html. [Consultado em 10 /06/09].

PEREIRA ALVIM. Disponível em <http://www.pereiraalvim.com.br/> [Consultado em 23/07/09].

PERPLAN. Empreendimentos e Urbanização Ltda. [Em linha]. Disponível em <http://www.perplan.com.br/> [Consultado em 23/07/09].

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. Arquivo público e histórico de Ribeirão Preto. [Em linha]. Disponível em <http://www.arquivopublico.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/i14index.asp>. [Consultado em 15/06/09].

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA, PR. *Plano Director de Desenvolvimento Urbano*. Curso Básico: Plano Diretor e Estatuto das Cidades. Disponível em : http://201.89.32.5/plano_diretor/pddu.html [Consultado em 08/07/09].

SALAVISTA, E. (2005). Edward Hopper como desenhador de “não-lugares”, Disponível em: http://www.nao-lugares.com/pdf/EdwardHopper_nao-lugares.pdf [Consultado em 03/07/09].

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de dados. [Em linha]. Disponível em <http://www.seade.gov.br/> [Consultado em 13/05/09].

SILVA. A. C. B. (2004). Cem anos do desenvolvimento urbano de Ribeirão Preto. [Em linha]. Disponível em: <http://www.camara.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/artigo/i14100anosRibeirao.pdf> [Consultado em 11/07/09].